



DOUGLAS ANTONIO VILAS BOAS

**A LUTA FEMINISTA NO CAMPO AGROECOLÓGICO: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DECOLONIAL**

**LAVRAS - MG
2017**

DOUGLAS ANTONIO VILAS BOAS

**A LUTA FEMINISTA NO CAMPO AGROECOLÓGICO: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA PERSPECTIVA DECOLONIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, gestão e sociedade, para obtenção do título de mestre.

Profa. Dra. Flávia Luciana Naves Mafra

Orientadora

LAVRAS - MG

2017

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Vilas Boas, Douglas Antonio.

A luta feminista no campo agroecológico: uma análise a partir
da perspectiva decolonial / Douglas Antonio Vilas Boas. - 2017.
90 p. : il.

Orientador(a): Flávia Luciana Naves Mafra.

.
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2017.

Bibliografia.

1. gênero. 2. agroecologia. 3. feminismo decolonial. I. Mafra,
Flávia Luciana Naves. . II. Título.

DOUGLAS ANTONIO VILAS BOAS

**A LUTA FEMINISTA NO CAMPO AGROECOLÓGICO: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA PERSPECTIVA DECOLONIAL**

**THE FEMINIST FIGHT IN THE AGROECOLOGICAL FIELD: AN ANALYSIS
FROM THE DECOLONIAL PERSPECTIVE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, gestão e sociedade, para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 09 de Agosto de 2017

Dra. Jacqueline Magalhães Alves - UFLA

Dra. Mônica Cox de Britto Pereira - UFPE

Profa. Dra. Flávia Luciana Naves Mafra
Orientadora

**LAVRAS - MG
2017**

Aos meus pais, pela minha existência e pelo apoio nessa trajetória. Ao meu namorado e amigo, pelo incentivo e por ter acreditado que seria possível, mesmo quando não acreditei.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelo dom da vida e por me guiar pelo caminho correto, sempre me amparando em seus braços.

Aos meus queridos pais, Ana Maria e Rivelino, por todo o amor incondicional e por me ensinarem que com honestidade, dedicação e trabalho podemos alcançar nossos sonhos. À minha irmã Danielle, pela amizade, companheirismo e carinho.

Ao meu namorado Samuel, obrigado pelo amor, carinho e amizade de todos os dias, por estar sempre ao meu lado, por acreditar em mim o tempo todo. Você é um anjo na minha vida, obrigado por me apoiar e acalmar nos momentos de desespero, insegurança e medo.

Aos meus amigos de mestrado, Ana Flavia, André Luiz, Amanda, Isabela e Jussara, obrigado pela amizade e pelo convívio ao longo dos dois anos. Em especial ao meu amigo Marcello Cunha que vivenciou de perto essa etapa, obrigado pelos conselhos e por sempre me inspirar calma e paciência para lidar com as adversidades. Também à minha amiga Giovana, pelo apoio, conselhos e conversas agradáveis.

À minha orientadora Flávia Naves por todos os ensinamentos, pela dedicação, serenidade e confiança devotadas a esse trabalho e, principalmente, pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Às professoras Jaqueline Magalhães e Mônica Cox pela disponibilidade em contribuir com o estudo e por terem participado como membros da banca de defesa, proporcionando valiosas contribuições.

Aos professores e funcionários do PPGA obrigado pelos ensinamentos, apoio e dedicação, sem vocês este trabalho não seria possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos ao longo de todo o período do mestrado.

Às mulheres dessa pesquisa, pela concessão das entrevistas e pelas valiosas contribuições a esse trabalho. Finalmente, a todas as mulheres da agroecologia, mulheres de luta, que resistem todos os dias às opressões de gênero.

“Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?” (Paulo Freire)

RESUMO

Apesar de todas as conquistas sociais, políticas e econômicas obtidas pelos movimentos feministas, as mulheres ainda vivem condições de opressão que são dignas do período colonial. Independente das ocupações, níveis sociais e idades, a violência e a discriminação se fazem presentes no cotidiano feminino. A agroecologia, ao considerar todos os componentes do sistema de produção, pode contribuir para dar visibilidade ao trabalho feminino. Assim, no campo agroecológico as mulheres seriam sujeitos da própria existência e o saber subalterno valorizado. Contudo, em virtude de estarmos inseridos em uma sociedade patriarcal, na qual predomina a colonialidade, é preciso desnaturalizar e dar visibilidade aos processos que permeiam as conquistas das mulheres dentro desse movimento. Nesse contexto, neste trabalho buscou-se compreender como se configuram as lutas e a trajetória do feminismo no campo agroecológico. Para tanto, por meio da pesquisa documental levantou-se dados e informações a respeito do debate feminista no campo agroecológico e também foram realizadas quatro entrevistas com mulheres que fazem parte da coordenação da Articulação Nacional de Agroecologia e Associação Brasileira de Agroecologia. A partir do conteúdo gerado pelas entrevistas e documentos procedeu-se com a análise dos dados, realizada por meio da análise de conteúdo temática. Com a análise das entrevistas e com base em outras pesquisas já realizadas, como a tese de doutorado de Siliprandi (2015), pôde-se perceber que, apesar de grande parte das experiências agroecológicas serem desenvolvidas por mulheres, as desigualdades de gênero se reproduzem também no campo agroecológico. Assim, as mulheres estão bradando “Sem feminismo não há agroecologia” como uma forma de serem ouvidas e de abrir espaço para discussão a temas sensíveis às mulheres, em um ambiente em que o patriarcado dita as normas e o machismo é a regra.

Palavras chave: gênero; agroecologia; colonialidade; feminismo decolonial.

ABSTRACT

Despite all the social, political and economic achievements of the feminist movements, women still live in conditions of oppression that are worthy of the colonial period. Regardless of occupations, social levels and ages, violence and discrimination are present in women's daily lives. Agroecology, when considering all components of the production system can contribute to give visibility to women's work. Thus, in the agro-ecological field, women would be subjects of their own existence and valued subaltern knowledge. However, because we are part of a patriarchal society in which coloniality predominates, it is necessary to denaturalize and give visibility to the processes that permeate the achievements of women within this movement. In this context, this work sought to understand how the struggles and the trajectory of feminism in the agro-ecological field are configured. To do so, through documentary research, data and information regarding the feminist debate in the agroecological field were collected and four interviews were also conducted with women who are part of the coordination of the National Articulation of Agroecology and the Brazilian Association of Agroecology. From the content generated by the interviews and documents, the analysis of the data was carried out through the analysis of thematic content. With the analysis of the interviews and based on other researches already done, such as Siliprandi's doctoral thesis (2015), it was possible to perceive that, although a large part of the agroecological experiences are developed by women, gender inequalities also reproduce in the agroecological field. Thus, women are shouting "Without feminism there is no agroecology" as a way to be heard and to open space for discussion to women sensitive issues, in an environment where the patriarchy dictates norms and machismo is the rule.

Keywords: gender; agroecology; coloniality; decolonial feminism.

RESUMEN

A pesar de todas las conquistas sociales, políticas y económicas obtenidas por los movimientos feministas, las mujeres todavía viven condiciones de opresión que son dignas del período colonial. Independiente de las ocupaciones, niveles sociales y edades, la violencia y la discriminación se hacen presentes en el cotidiano femenino. La agroecología, al considerar todos los componentes del sistema de producción, puede contribuir a dar visibilidad al trabajo femenino. Así, en el campo agroecológico las mujeres serían sujetos de la propia existencia y el saber subalterno valorizado. Sin embargo, en virtud de estar insertos en una sociedad patriarcal, en la que predomina la colonialidad, es preciso desnaturalizar y dar visibilidad a los procesos que permean las conquistas de las mujeres dentro de ese movimiento. En este contexto, en este trabajo se buscó comprender cómo se configuran las luchas y la trayectoria del feminismo en el campo agroecológico. Para ello, por medio de la investigación documental se levantó datos e informaciones sobre el debate feminista en el campo agroecológico y también se realizaron cuatro entrevistas con mujeres que forman parte de la coordinación de la Articulación Nacional de Agroecología y Asociación Brasileña de Agroecología. A partir del contenido generado por las entrevistas y documentos se procedió con el análisis de los datos, realizada por medio del análisis de contenido temático. Con el análisis de las entrevistas y con base en otras investigaciones ya realizadas, como la tesis de doctorado de Siliprandi (2015), se pudo percibir que, aunque gran parte de las experiencias agroecológicas son desarrolladas por mujeres, las desigualdades de género se reproducen también en el campo agroecológico. Así, las mujeres están gritando "Sin feminismo no hay agroecología" como una forma de ser oídas y de abrir espacio para discusión a temas sensibles a las mujeres, en un ambiente en que el patriarcado dicta las normas y el machismo es la regla.

Palabras clave: género; agroecología; colonialidad; feminismo decolonial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Foto - Plenária das Mulheres no III ENA.....	58
Figura 2: Foto - Plenária das Mulheres no III ENA.....	59
Figura 3: Foto - Mosaico de sementes crioulas nativas. Plenária das Mulheres no III ENA.	59
Figura 4: Foto - Rede de organizações de Mulheres. Plenária das mulheres no III ENA.....	60
Figura 5: Foto - Plenária das Mulheres no III ENA.....	68
Figura 6: Foto - Militantes da MMM e do GT Mulheres da ANA no III ENA.	71
Figura 7: Quadro - Principais políticas nas quais o GT Mulheres da ANA conquistou benefícios para as mulheres.....	79
Figura 8: Quadro - Principais demandas, estratégias e conquistas do feminismo na agroecologia.....	80

LISTA DE SÍGLAS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologias Alternativas
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
Ceris – Centro de Estatística Religiosa e de Investigações Sociais
Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNDM – Conselho Nacional da Condição da Mulher
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTA – Centro de Tecnologia Alternativa
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EBAAAs – Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
FAEAB – Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMNEPA – Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG – Organização não governamental
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA – Projeto Tecnologias Alternativas
Recopa – Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores Associados
Rede – Rede de intercâmbio de tecnologias alternativas
SOF – Sempreviva Organização Feminista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	16
1.2	JUSTIFICATIVA	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	GÊNERO E FEMINISMO	18
2.2	COLONIALIDADE E FEMINISMO DECOLONIAL	27
2.3	AGROECOLOGIA: CIÊNCIA, PRÁTICA E MOVIMENTO SOCIAL	38
2.4	DEBATE AGROECOLÓGICO NO BRASIL	40
2.5	MULHERES NA AGROECOLOGIA	46
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1	NATUREZA DA PESQUISA	49
3.2	MÉTODO DE COLETA DE DADOS	50
3.2.1	<i>Pesquisa documental e pesquisa bibliográfica</i>	50
3.2.2	<i>Entrevistas</i>	51
3.3	MÉTODO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	52
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
4.1	EVOLUÇÃO DO DEBATE FEMINISTA NO CAMPO AGROECOLÓGICO	53
4.2	SIGNIFICADO DA APROXIMAÇÃO FEMINISMO E AGROECOLOGIA	66
4.3	LUTAS FEMINISTAS NA AGROECOLOGIA	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
	APÊNDICE A	90

1 INTRODUÇÃO

A realização dessa pesquisa foi inspirada em minhas experiências acadêmicas durante a graduação e do contato com as questões de gênero na família. A participação em projetos de pesquisa e extensão que vinculavam gênero e agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária foi o primeiro contato com a problemática e que me fizeram pensar a respeito das desigualdades de gênero e do quadro de exclusão social vivenciado pelas mulheres rurais. Essas motivações me levaram a continuar pesquisando a respeito e aprofundando meus estudos focando, agora, na relação entre feminismo e agroecologia. Com relação ao fato de ser um homem discutindo feminismo, como afirma Matos (2008), precisamos cada vez mais e sempre de homens feministas, homens que sejam capazes de se descolocar e reconstruir posições tradicionais atinentes ao gênero masculino, de forma que nos ajude a reinventar vínculos mais simétricos, emancipatórios e democráticos num campo de interação permanente de gênero.

Ainda que os movimentos feministas tenham obtido consideráveis conquistas sociais, políticas e econômicas, que contribuíram para melhorar a situação de muitas mulheres (CÀLAS e SMIRCICH, 1996), elas ainda hoje sofrem com situações de opressão que são dignas do período colonial. Independentemente de suas ocupações, níveis sociais e idades, a violência e a discriminação estão presentes no cotidiano feminino.

Em virtude disso, elas estão engajadas em diversas lutas, em 2017 várias são as manifestações organizadas pelos movimentos feministas ao redor do mundo. Em 21 de janeiro de 2017, em Washington e em outras cidades dos Estados Unidos, elas saíram às ruas para protestar contra os posicionamentos sexistas do presidente eleito Donald Trump além de defenderem o direito das mulheres e minorias. Somente na capital daquele país se reuniram 500 mil, em Los Angeles também cerca de 500 mil, já em Chicago foram 150 mil. Em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a exemplo do que aconteceu em outros anos, elas organizaram paralisações e manifestações ao redor do mundo, questionando a desigualdade e a violência de gênero dentre outros temas que estão na pauta dos movimentos feministas. Nesse dia, houve uma greve internacional com paralisações em ao menos cinquenta países, no Brasil foram sessenta cidades envolvidas, o mote dessa greve foi: “Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós” (G1, 2017).

No meio rural, as mulheres também sofrem com a opressão de gênero e situação de subalternidade. Para se ter uma ideia, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE (2006) apenas 12,67 % dos estabelecimentos rurais são dirigidos por mulheres, apesar de Pacheco (2009) apontar que nas Américas e no Caribe elas são responsáveis por 45% da produção de alimentos. Isso se deve a vários fatores, o principal deles é a herança da terra. Mesmo que mecanismos legais garantam o direito à herança da terra às filhas, por questões culturais, de modo geral, a terra é herdada pelos homens. É importante ressaltar também que apesar de o trabalho delas significar 50% ou mais da força de trabalho da agricultura familiar, elas ainda têm pouca visibilidade junto aos órgãos responsáveis pela elaboração e direcionamento das políticas públicas para a agricultura e para a sociedade como um todo.

Essa naturalização da condição de subalternidade da mulher na sociedade é resultado da colonialidade, que mantém as diferenças mesmo após o fim do jugo colonial. Diferente da colonização, que teve seu fim após o período colonial, a colonialidade ainda está conosco e de acordo com Maldonado-Torres (2007) dita a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações subjetivas se articulam entre si.

Grosfoguel (2008) nos ajuda a entender que o que se instaurou na América Latina, a partir da colonização, não foi somente um sistema econômico de capital e trabalho com a finalidade de obtenção de lucro no mercado mundial por meio da exploração colonial, mas sim uma estrutura de poder. O colonizador, homem branco/heterossexual/patriarcal/cristão/capitalista/militar/europeu trouxe consigo várias hierarquias globais, entre elas a que privilegia os homens relativamente às mulheres.

A subalternidade da mulher é expressão da colonialidade que se institui, como afirma Maldonado-Torres (2007), em uma forma de poder que supera a relação de dominação ou poder formal entre as nações e povos. Essa nova forma de poder instituída a partir da colonização das Américas é baseada na hierarquização dos povos por meio da ideia de raça, gênero e sexo. Ela se manifesta no apagamento de relações das mulheres consigo mesmas, com seus corpos, com a natureza, com homens, organizações e instituições. A desnaturalização de tais padrões de comportamento e de relações, partindo da perspectiva dos subalternos, é princípio para o processo de decolonização.

Apesar de a colonialidade estar tão presente e arraigada em todas as relações do nosso cotidiano e se tratar de exercícios de poder concreto, como afirma Lugones (2014), existem

reações e resistências à subalternidade que nos é imposta. Dentre as manifestações desse tipo de resistência, está a agroecologia, movimento social que se opõe à hegemonia do agronegócio e do grande capital (FONTOURA e NAVES, 2016) – uma perspectiva também de denúncia e enfrentamento da colonialidade. Burg (2005) ressalta que a agroecologia, ao considerar todos os componentes do sistema de produção, pode contribuir para dar visibilidade ao trabalho feminino.

No âmbito do movimento agroecológico, as mulheres seriam sujeitos da própria existência e o saber subalterno valorizado. Contudo, entendemos o movimento agroecológico inserido em uma sociedade patriarcal, na qual predomina a colonialidade. Assim, é preciso desnaturalizar e dar visibilidade – como defende a perspectiva decolonial – aos processos que permeiam as conquistas das mulheres dentro desse movimento. Partindo da afirmação: “Sem feminismo não há agroecologia”, compreendida como conquista, esse trabalho de pesquisa questiona: **Como se configuram as lutas e a trajetória do feminismo no campo agroecológico?**

1.1 Objetivos

Objetivo Geral

- Compreender, a partir das experiências das mulheres que fazem parte da coordenação da Articulação Nacional de Agroecologia e da Associação Brasileira de Agroecologia, as lutas e a trajetória do feminismo no campo agroecológico.

Objetivos Específicos

- Contextualizar o debate feminista no campo agroecológico;
- Caracterizar as lutas feministas no campo agroecológico.

1.2 Justificativa

Empírica e socialmente esse estudo se justifica pela necessidade de aprofundar o debate das questões de gênero, especialmente a problematização e busca de superação da

subalternidade das mulheres em nossa sociedade. Apesar das conquistas sociais obtidos por meio do movimento feminista, as mulheres ainda sofrem com segregação social nos empregos, violência doméstica e a chamada “feminização da pobreza” (tendência de concentração de casos de baixa renda em lares com mulheres como chefe de família) (CÀLAS e SMIRCICH, 1996). Para se ter uma ideia, no grupo de pessoas com 16 anos ou mais sem rendimento, as mulheres representam 30,4%, enquanto os homens 19,4% (IBGE, 2014). O rendimento médio das mulheres também é inferior ao dos homens, elas possuem uma média de R\$1 074,00, enquanto eles R\$1 587,00 (IBGE, 2014). Mas os dados mais alarmantes são com relação à violência sofrida por elas. No Brasil, a cada cinco minutos uma mulher é agredida (WAISELFISZ, 2012). No período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios, o que equivale a, aproximadamente, cinco mil mortes por ano (GARCIA et al., 2013).

Esse cenário demonstra que discutir o quadro de desigualdades enfrentadas pelas mulheres é uma questão urgente na busca por mudanças nas desiguais relações de gênero e pela melhoria nas condições de vida das mesmas. Ao dar visibilidade a discursos de mulheres que enfrentam tais dilemas e constroem respostas para a imposição de subalternidade, este estudo busca fortalecer as possibilidades e alternativas para mulheres que se veem solitárias e sem perspectiva, bem como para organizações que lutam por seus direitos.

A decisão por discutir a articulação entre feminismo e agroecologia se justifica pelo fato de a questão de gênero ser uma temática discutida no âmbito do movimento agroecológico brasileiro, principalmente pela Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, sendo um dos temas prioritários dessa organização. De acordo com Siliprandi (2007), o discurso de busca por uma justiça socioambiental para o campo com base nos princípios agroecológicos não somente pontua mudanças nas técnicas de produção, mas sobretudo mudanças sociais e políticas, de busca de equidade, solidariedade, inclusão social entre outros. Entre essas mudanças sociais e políticas se colocam, ainda que de forma pouco explícita, as mudanças nas relações de gênero.

Este trabalho também se justifica por privilegiar a voz das mulheres, ao procurar entender, a partir delas, como o feminismo se articula com a agroecologia e como elas resistem à subalternidade que lhes é imposta. A perspectiva decolonial lança luz sobre a necessidade de se construir conhecimentos distantes do Norte global, com ênfase na percepção dos

subalternos. Procuramos assim, privilegiar a voz das mulheres, subalternizadas, que resistem diariamente à colonialidade.

Dessa forma, a relevância científica e acadêmica desse estudo é a contribuição teórica que a abordagem decolonial latino-americana proporciona. De acordo com Balestrin (2013) os estudos decoloniais não elencam os velhos problemas enfrentados pelos países latino-americanos, mas são novas lentes para visualizar esses mesmos problemas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gênero e feminismo

A luta das mulheres por igualdade de gênero é antiga, ao longo da história ocidental elas vem se rebelando contra condições de subordinação e lutando por mais liberdade. Muitas delas até pagaram com sua própria vida. O século XX ficou conhecido como o “século das mulheres” e, especialmente, do feminismo, embora os fundamentos desse movimento remontem ao século anterior (CUBAS, 2012).

Fazendo um breve resgate histórico, os estudos iniciais sobre as mulheres se constituíram, muitas vezes, em descrições das condições de vida e trabalho destas em diferentes instâncias e espaços. Apesar deste caráter descritivo, seria um engano não reconhecer a importância deles. Esses primeiros estudos tiveram o mérito de transformar as até então esparsas referências às mulheres em tema central. Fizeram ainda mais, levantaram informações, constituíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciadas, abordaram temas que não eram comuns ao ambiente acadêmico como o cotidiano, a família, a sexualidade, o doméstico, os sentimentos (LOURO, 2014).

Há certa unanimidade em considerar a história das mulheres, enquanto campo específico de estudos, como sendo uma construção recíproca da atuação das historiadoras preocupadas com esta questão, bem como do próprio movimento feminista (SOHIET, 1997). Dar voz e tornar visível as mulheres, ocultadas ao longo da história, foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos (LOURO, 2014).

A reivindicação de que a história, enquanto disciplina, fosse suplementada com informações sobre as mulheres se deu por contribuições recíprocas entre a história da mulher e o movimento feminista. Inicialmente, historiadores sociais trataram as mulheres como uma categoria homogênea, afirmando que eram pessoas biologicamente femininas que transitavam por papéis e contextos diferentes, mas que em sua essência, como mulher, não se alterava. Apesar do caráter redutor dessa leitura, ela contribuiu para o discurso da identidade coletiva que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970. Porém, ainda nos 70 ocorreram tensões que se combinaram para questionar a viabilidade da categoria mulheres, demonstrando a impossibilidade de uma identidade comum. Então essa categoria universal de mulheres foi fragmentada por classe, raça, etnia e sexualidade. Firmou-se então a certeza da existência de múltiplas identidades entre as mulheres (SOHIET, 1997).

Alguns estudiosos atribuíram as desigualdades sociais entre homens e mulheres às características biológicas. O argumento era justamente que a relação entre ambos decorre dessa distinção biológica e que cada um deve desempenhar o seu papel determinado secularmente. Tanto no âmbito do senso comum como no da ciência, a distinção biológica serviria então para compreender e justificar a desigualdade social entre os sexos (LOURO, 2014).

Para avançar nessa discussão e questionar esse papel secularmente determinado para homens e mulheres, é imperativo contrapor-se a esse tipo de argumentação. Louro (2014) afirma que é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais que vão construir efetivamente o que é masculino ou feminino social e historicamente, mas sim como essas características são representadas ou valorizadas. Segundo a autora o debate se dará em outro campo que não o sexo, mas uma nova linguagem, em que gênero se torna um conceito fundamental.

As feministas começaram então a utilizar a palavra gênero como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. Com esse sentido mais recente, gênero aparentemente surgiu primeiro entre as feministas americanas, que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. O uso da palavra gênero implicava em uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O gênero também reforça a ideia que mulheres e homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado (SCOTT, 1989).

Assim, o primeiro papel do conceito de gênero é recolocar o debate no campo social, entender como as características são compreendidas e apresentadas, em outras palavras como elas se integram às práticas sociais e se tornam parte do processo histórico. É no campo social onde as desigualdades entre os sujeitos se constroem e se reproduzem. Assim, as justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas nos arranjos sociais, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação e não nas diferenças biológicas (LOURO, 2014). Portanto, como afirma Castro e Machado (2016), homens e mulheres aprendem a ser o que são, socialmente.

Segundo Louro (2014), como é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros, o conceito começa a ser usado então com um forte caráter relacional, evitando assim, generalizações a respeito da “Mulher” e do “Homem”. Como o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, é imperativo que aqueles que o empregam levem em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Isso é importante pois as concepções de gênero diferem não somente entre sociedades ou momentos históricos, mas também no interior de dada sociedade, ao se levar em consideração os diferentes grupos étnicos, religiosos, raciais e de classe que a constituem.

É recorrente nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, concebendo homens e mulheres como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Ao se desconstruir essa lógica de oposição binária abre-se uma possibilidade de compreensão e inclusão das diferentes formas de masculinidades e feminilidades que se constituem socialmente. Essa estrita concepção binária não permite que feminilidades e masculinidades diferentes das hegemônicas sejam reconhecidas como “verdadeiras/verdadeiros” (LOURO, 2014).

Já para Matos (2008), o papel do gênero é muito mais amplo que aquele do seu surgimento em meados dos anos 70, ou seja, o conceito de gênero não serve apenas ao intuito de enfatizar a dimensão social do gênero, que enfatiza traços de construção histórica, social e política. Mas, para a autora:

Através de significados e re-significações produzidos e compartilhados na nova perspectiva analítica e que transversalizam dimensões de classe, etárias, raciais e sexuais, gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há

séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas (MATOS, 2008, p.336).

Além desse papel mais amplo, Matos (2008) propõe gênero como um campo científico – *o campo de gênero e feminista*. Campo esse que nos ajuda a questionar características universais, como “Mulher” e “Homem”, por exemplo, mas sobretudo a universalidade nas ciências de uma forma geral. Essa universalidade é uma propriedade paroquial da cultura dominante e indissociável da expansão colonialista. Discussão que será melhor abordada no tópico sobre colonialidade.

Como dito anteriormente, gênero, enquanto conceito analítico, parece ter surgido no seio do movimento feminista. Para Amorós e De Miguel (2005) o feminismo pode ser considerado tanto um paradigma, ou seja, um marco interpretativo que permite dar visibilidade às formas de opressão das mulheres, quanto uma teoria militante. Teoria essa instrumento de mobilização social, que abre espaço para que as mulheres se organizem em direção a mudanças sociais. Por outro lado, o feminismo, segundo Castro e Machado (2016) é um movimento social, filosófico e político que busca a igualdade entre os sexos, por meio do empoderamento feminino, além da libertação do padrão opressivo baseado em normas de gênero. Para esses autores, resistência, gênero e patriarcado são conceitos fundamentais quando a base de trabalho são os Estudos Feministas.

A luta por igualdade de gênero não é contra pessoas físicas, pois tanto homens como mulheres contribuem para a manutenção da sociedade patriarcal. Assim, o conceito de gênero, desenvolvido no bojo dos Estudos Feministas, ideológica e politicamente produzido nas lutas dos movimentos sociais de mulheres, é uma ferramenta de resistência destas ao sistema patriarcal. Resistência é a própria vida das mulheres que lutam contra o patriarcado e o capital. A resistência ocorre no lugar onde ocorre o poder, assim, ocorre na relação de casamento, na família ou na comunidade (CASTRO; MACHADO, 2016).

A luta do feminismo é a luta contra o patriarcado, contra um sistema de dominação baseado na divisão do trabalho e na divisão sexual do trabalho da sociedade de classes. O capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais, aprofundando a divisão sexual do trabalho, fortalecendo uma divisão de tarefas entre uma esfera pública e outra privada, sendo a primeira considerada como o lugar onde se dá a produção e a segunda, a reprodução. O patriarcado impregnou-se no inconsciente da humanidade e até hoje constitui nossas identidades e modos de pensar, mesmo que não tenhamos consciência disso. Ele é uma

forma de dominação masculina disseminada nas diferentes instituições sociais, onde ao homem é conferido o poder sobre todas as coisas, incluindo mulheres e crianças. O patriarcado é, portanto, um fenômeno estruturante da sociedade (CASTRO; MACHADO, 2016).

A história do feminismo pode ser dividida em três ondas (CASTRO; MACHADO 2016). Enquanto movimento social, ele surge a partir das últimas décadas do século XIX com a chamada “primeira onda”, que teve início quando as mulheres, inicialmente na Inglaterra, se organizaram para lutar a favor de seus direitos, sendo o primeiro deles o direito ao sufrágio. Essas mulheres ficaram conhecidas como *sufragetes*, realizaram grandes manifestações em Londres, inclusive com greves de fome. O direito ao voto, no Reino Unido, foi conquistado em 1918. No Brasil, a primeira onda do feminismo também se iniciou em torno da luta pelo direito ao voto (PINTO, 2010).

O grande empenho dessa primeira onda foi de questionar e refletir, com o intuito de desconstruir inúmeras formas de instituições e relações patriarcais no seio das quais se mantinham e reproduziam estratégias de dominação masculina. Em outras palavras, lutou-se pela afirmação da condição fundamental e democrática da igualdade política entre os sexos. Mas o que “restou” desse movimento foi sua própria descaracterização. As forças hegemônicas, que pretendiam deslegitimá-lo, passaram a equipará-lo com categorias degradantes ao ser mulher: “feias”, “mal amadas”, “infelizes”, “mal cheirosas”, etc (MATOS, 2008).

O conceito de gênero, teoricamente, passa a ser um divisor de águas para uma nova fase do feminismo distinta dessa primeira. Foi acionador de uma segunda onda do feminismo, que passou a valorizar mais o diferencialismo e a afirmação política das diferenças do que da igualdade e do igualitarismo. Nessa segunda onda então, o que está em foco é a diversidade, ou a diferença dentro da diferença (MATOS, 2008). Isso é particularmente importante pois se reconhece a diversidade dentro da categoria mulheres.

Na década de 1960, em meio a um contexto efervescente com diversos acontecimentos como a guerra do Vietnã; o movimento hippie na Califórnia, o “Maio de 68” em Paris; lançamento da pílula anticoncepcional; etc, Betty Friedan lança em 1963 seu livro *A Mística Feminina* que ficou conhecido como a “bíblia” do feminismo. Na Europa e nos EUA os movimentos feministas ressurgem com toda a força, com as mulheres tratando pelo primeira

vez sobre outras relações de poder entre homens e mulheres e não somente o direito ao voto (PINTO, 2010).

O feminismo passa a se caracterizar como um movimento libertário, que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, onde elas tenham maior liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. O movimento traz consigo uma originalidade, o reconhecimento de que existe outra forma de dominação além da clássica dominação de classe, a dominação do homem sobre a mulher. Essa última tem características próprias e não pode ser representada pela primeira (PINTO, 2010).

Diferente do resto do mundo que vivia esse contexto propício ao surgimento de movimentos revolucionários, o Brasil passou a viver, com o golpe militar de 1964, um dos momentos de maior repressão à luta política em geral. Foi então no ambiente do regime militar que surgiram os primeiros movimentos feministas da década de 1970, muito limitados pois o governo militar via com desconfiança qualquer manifestação feminista, pois as consideravam perigosas, política e moralmente (PINTO, 2010).

No Brasil e na América Latina, a segunda onda do feminismo nasceu no clima político do regime militar e se caracterizou pela luta contra ditaduras militares e, por outro lado, pela luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer (MATOS, 2010).

Apesar de a história do feminismo no Brasil, como já dito, ter se iniciado antes, inclusive com experiências importantes, autores como Sarti (2004) consideram que o movimento feminista brasileiro teve início na década 1970, na então segunda onda. Embora o movimento no Brasil tenha sido influenciado pelas experiências europeias e norte-americanas, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi marcado substancialmente pela contestação da ordem política estabelecida no país a partir do golpe militar de 1964. Grande parte dos grupos feministas estava combinada às organizações de influência marxista, operando na clandestinidade, comprometidas com a oposição à ditadura militar (SARTI, 2004).

Com a redemocratização do país, em 1980, o feminismo entra em uma fase de efervescência na luta pelos direitos da mulher com vários grupos tratando de diversos temas, tais como: violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, opções sexuais, direito à terra, etc. Houve uma aproximação desses grupos com os movimentos populares de mulheres que lutavam a favor de melhorias na educação, habitação e saúde. O

movimento feminista brasileiro que tem suas origens na classe média intelectualizada, teve então uma interface com as classes populares, contribuindo assim com novas percepções e discussões de ambos os lados (PINTO, 2010).

Essa nova fase, chamada de terceira onda, refere-se a uma forte participação das mulheres brasileiras em todo o processo de redemocratização e com maior ênfase sobre processos de institucionalização e discussão das diferenças intragênero. Essa fase passa a ser conhecida por “feminismo difuso”. Nesse terceiro momento acontece o início de uma aproximação cautelosa junto ao Estado. Ocorrem tentativas de reformas das instituições democráticas, como por exemplo a criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres; tentativas de Reforma do Estado como a participação das mulheres na Assembleia Constituinte de 1988; busca de uma reconfiguração do espaço público por meio da articulação dos movimentos de mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais, etc e uma posterior especialização e profissionalização do movimento (MATOS, 2010).

Em 1984 ocorreu umas das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro, a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) que tinha status de Ministério. Esse conselho junto com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) promoveu uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova Constituição Federal de 1988, que se tornou a que mais garante direitos a mulher no mundo. Nos governos seguintes, a CNDM perdeu sua importância. Apenas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério (PINTO, 2010).

Na última década do século XX foram criadas diversas ONGs feministas que buscavam pleitear, junto ao Estado, medidas protetoras para as mulheres e uma maior participação política delas. A luta contra a violência, principalmente a doméstica, que vitima as mulheres, era uma das questões centrais dessa época. Nos anos seguintes algumas conquistas importantes aconteceram: a criação de Delegacias Especiais da Mulher e a maior delas, a Lei n. 11 340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica contra as mulheres. Vale lembrar também a importância de documentos de análise sobre a situação da mulher no Brasil, que foram produzidos graças as duas Conferências Nacionais para a Política da Mulher, que ocorrem em 2005 e 2007 (PINTO, 2010).

Matos (2010) propõe ainda a possibilidade de percepção de uma “quarta onda” dos movimentos e estudos feministas no Brasil e na América Latina. A existência dessa quarta fase poderia ser demonstrada por meio de alguns acontecimentos. Primeiramente a institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, por intermédio da entrada, ainda que parcial, delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo desses países. Segundo, por meio da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas, principalmente no nível federal. Terceiro, por meio da consolidação no processo de institucionalização das ONGs e das redes feministas. Quarto, do novo quadro teórico (*frame*) para atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, em que são identificadas lutas por radicalização anticapitalista e radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no seio das articulações globais de países na moldura Sul-Sul.

O feminismo, em parte significativa dos países latino-americanos, tem se transversalizado, não só se estendendo verticalmente por meio de diferentes níveis de governo, como também horizontalmente, ao longo de uma larga gama de classes sociais, como também de movimentos que lutam pela livre expressão de experiências sexuais, em comunidades étnico-raciais, em espaços múltiplos sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos. A quarta onda traz consigo, então, os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e também da construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos com esforços intencionais para estender o feminismo a outros movimentos sociais por meio de coligações, campanhas, seminários, capacitações e atividades afins (MATOS 2010). Neste trabalho abordamos justamente isso, o encontro do feminismo com outro movimento social, o movimento da agroecologia no Brasil.

Matos (2010) aponta que a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é uma das instituições recentes desse feminismo transnacional, que pleiteia a legitimidade organizacional de mulheres no sentido de se alinharem a uma agenda radical anticapitalista e antipatricular. Seis mil grupos de 159 países e territórios fazem parte da Marcha. Analisando esse movimento é possível estabelecer certos padrões do que hoje é considerado como feminismo transnacional. Primeiro, um movimento que está atento às intersecções entre nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica mundial, isso em decorrência, principalmente, do capitalismo global. Segundo, um movimento autointitulado altermundialista em virtude de sua luta de cunho internacional contra o neoliberalismo e pela busca por maior justiça social.

A luta anticapitalista e radicalizada de que trata Matos (2010) é essencial para o feminismo, isso porque é necessário desafiar as fontes estruturais da dominação de gênero na sociedade capitalista. A divisão sexual hierarquizada, entre “produção” e “reprodução” é uma estrutura determinante da sociedade capitalista e grande causa das assimetrias de gênero (FAZER, 2015). Nessa divisão, o chamado trabalho “produtivo”, historicamente remunerado, é associado ao homem enquanto o trabalho dito “reprodutivo”, com tarefas ligadas ao “cuidado”, historicamente não remunerado é associado às mulheres (NOBRE, 1998). Fazer (2015) considera não ser possível a emancipação das mulheres enquanto essa estrutura permanecer inalterada.

Os feminismos latino-americanos têm suas próprias vicissitudes e idiossincrasias histórias e, diferente dos estudos de matriz feminista anglo saxã, não foram, ou não são recrutados, pelo menos não por inteiro, pelas estratégias de cunho neoliberal, afinal de contas, a força do Sul global surgiu exatamente a partir da negação, reação e oposição aos avanços do neoliberalismo (MATOS, 2010).

De acordo com Mohanty (1984 apud MATOS, 2010, p.75):

(...) as teorias feministas ocidentais estariam construindo uma representação distorcida, estável, anistórica e reducionista a respeito das mulheres e dos feminismos do Terceiro Mundo como: sexualmente limitadas, ignorantes, pobres, não-escolarizadas, tradicionais e conservadoras, voltadas essencialmente para o doméstico e a família, dependentes e vitimizadas pelo sistema socioeconômico etc.

Assim, as teorizações terceiro mundistas/(pós)colonialistas tecem uma crítica às teorias feministas ocidentais sobre gênero e relações de gênero justamente por serem baseadas em imagens e experiências sociais de mulheres (e homens) mais privilegiados do Primeiro Mundo. Essas teorizações tratam o conceito de gênero como uma construção do ocidente, abrindo possibilidade de outras configurações de gênero e de relações mais complexas entre homens e mulheres, no contexto das múltiplas opressões produzidas pelo capitalismo. Os sujeitos terceiro mundistas são vistos como capazes de agir e de se representarem, sem a necessidade de alguém falar por eles ou dar voz a eles. Essas abordagens são frequentemente exemplificadas nos novos movimentos sociais e novas manifestações de cultura popular surgindo em diversos países (pós) coloniais (CÀLAS; SMIRCICH, 1996).

Para Càlas e Smircich (1996) em particular, escritos e testemunhos latino-americanos são importantes pois oferecem outras possibilidades de representações terceiro mundistas, que são únicas e de grande força política, isso porque descrevem diferentes configurações de gênero pelas mulheres “de baixo”, que falam, começam a ação e que lutam em todos os tipos de luta, resistindo a qualquer rotulação fácil dentro das imagens primeiro mundistas de “mulher” e “feminismo”. Por esses motivos, este trabalho se localiza justamente na abordagem terceiro mundista/(pós) colonialista.

Mohanty (1984 apud MATOS, 2010) propõe a construção de um “feminismo sem fronteiras”, um feminismo que tenha como ponto de partida os corpos e as vidas das mulheres do Terceiro Mundo/sul. A proposta da autora é a construção de um projeto feminista localizado e contextualizado em sua forma anticapitalista e anti-imperialista, que valorize as formas cotidianas de resistência coletiva das mulheres ao redor do mundo. Segundo Lugones (2008), as mulheres do terceiro mundo, mulheres de cor, não brancas, vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero, tem criado análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente porque ele tem ignorado a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade/gênero.

No tópico a seguir discutiremos o conceito de colonialidade e colonialidade do gênero e apresentamos o feminismo decolonial de Lugones (2014) como uma proposta de descolonizar gênero.

2.2 Colonialidade e feminismo decolonial

Lugones (2014) pontua que a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas e separáveis. Mulheres de cor e do terceiro mundo tem feito críticas ao universalismo feminista e têm reivindicado que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Assim, essa lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Em outras palavras, a partir do momento que se dicotomiza e hierarquiza gênero, raça e sexualidade, os indivíduos ditos “inferiores” ou subalternos se tornam passíveis de serem explorados, justamente por serem classificados como inferiores. A partir da colonização das Américas e do Caribe tem-se início, então, uma

distinção dicotômica e hierárquica entre humano e não humano, imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental.

O que chegou às Américas nos finais do século XVI não foi apenas um sistema econômico de capital e trabalho com a finalidade de produzir mercadorias para serem vendidas com lucro no mercado mundial, mas um “pacote” mais complexo e enredado. Uma enredada estrutura de poder mais ampla e mais vasta, que uma redutora perspectiva econômica do sistema-mundo não dá conta de explicar. Chegou às Américas o homem/heterossexual/branco/patriarcal/cristão/capitalista/militar/europeu com suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo (GROSFOGUEL 2008).

São seis as hierarquias globais que se relacionam entre si. A primeira delas é uma formação específica de classes no âmbito global, onde distintas formas de trabalho (escravidão e trabalho assalariado, por exemplo), coexistem e são organizadas pelo capital para obtenção de lucro. Segunda, uma divisão do trabalho entre centro e periferia. Terceira, um sistema interestatal de organizações político-militares controladas por homens europeus e institucionalizadas em administrações coloniais. Quarta, uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os povos europeus relativamente aos não-europeus. Quinta, uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos (GROSFOGUEL 2008).

A Sexta é uma hierarquia sexual que privilegia os heterossexuais relativamente aos homossexuais e lésbicas. Sétima, uma hierarquia espiritual que privilegia os cristãos relativamente às espiritualidades não-cristãs/não-europeias. Oitavo, uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais relativamente ao conhecimento e às cosmologias não-ocidentais. E por último, uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas exclusivamente como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria (GROSFOGUEL, 2008).

Assim, para Grosfoguel (2008), a hierarquia global das relações entre os sexos também é afetada, ao contrário de patriarcados pré-europeus em que todas as mulheres eram inferiores aos homens, na nova matriz colonial certas mulheres de origem europeia são superiores e possuem um acesso mais elevado aos recursos que certos homens de origem não-europeia.

Assim, a matriz colonial do poder trata-se de um princípio organizador que envolve o exercício da exploração e da dominação, em múltiplas dimensões da vida social. Sendo essa dimensões: econômica, sexual ou das relações de gênero, organizações políticas, estruturas de conhecimento, instituições estatais bem como agregados familiares (GROSFOGUEL 2008).

Quijano (2005) traz que a classificação das diferenças entre conquistadores e conquistados por meio da ideia de raça foi elemento principal constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Em outras palavras, a ideia de que supostamente existiam diferenças biológicas que colocavam os colonizados como inferiores aos colonizadores, justificou a conquista e a colonização violenta, dos povos nativos da América. Assim, toda a população da América foi classificada com base nesse novo padrão de poder. A ideia de raça foi, portanto, uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. Os povos conquistados e dominados, bem como seus traços fenotípicos, suas descobertas e culturas foram postas numa situação de inferioridade.

Quijano (2005) pontua a existência então de um sistema de poder global, capitalista, moderno colonial, que teve início no século XVI com a colonização das Américas e que se encontra em vigor até hoje. Em outras palavras, se estabeleceu um novo padrão de poder mundial a partir de então, padrão de poder este constituinte do sistema mundo moderno.

Esse sistema global de poder encontrou-se não com um mundo a ser estabelecido, um mundo de mentes vazias e animais em evolução. Pelo contrário, encontrou-se com seres culturais, política, econômica e religiosamente complexos, em relações complexas com o cosmo, com outros seres, com a terra, com os seres vivos. Entes cujos saberes, noções de espaço, expectativas, práticas, instituições e formas de governo não eram para ser simplesmente substituídas, mas sim encontradas, entendidas e adentradas em entrecruzamentos, diálogos e negociações tensos, violentos e arriscados que nunca aconteceram. Pelo contrário, o processo de colonização investiu na plena redução dos colonizados/as em seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais e que precisavam ser transformados (LUGONES 2014).

Quijano e Wallerstein (1992) afirmam que esse sistema mundo moderno nasceu ao longo do século XVI, junto com a construção geosocial das Américas e essa construção foi então o ato constitutivo do sistema mundo moderno. As Américas não foram incorporadas a uma já existente economia capitalista mundial, pelo contrário, não haveria uma economia capitalista mundial sem as Américas. Nesse sistema-mundo capitalista é criada uma estrutura

interessado, com camadas hierárquicas bem definidas, sendo que as colônias são definitivamente colocadas na parte inferior (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Grosfoguel (2008) amplia o conceito incorporando a perspectiva de gênero, afirmando a existência então de um sistema mundo/patriarcal/capitalista/colonial/moderno.

Para Quijano (2005) a base do poder colonial está no dualismo entre corpo e não corpo, racional/irracional, europeu/índio. Para legitimar a dominação, os índios e negros tiveram sua humanidade negada, eram considerados inferiores, irracionais. Para o autor esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza.

Com a colonização tem-se início então uma nova forma de poder, que é chamada por Quijano de colonialidade do poder, que pode ser entendida como resultado do colonialismo moderno e institui-se em uma forma de poder que supera a relação de dominação ou poder formal entre nações e povos (MALDONADO-TORRES, 2007). Para Quijano (2005), um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, sendo essa uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo provou ser mais duradouro que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. De acordo com Lugones (2014, p. 946): “(...) ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza (...)”

Segundo Segato (2012), não é possível chamar o mundo que recebeu intervenção colonial, denominado pela autora de mundo-aldeia, de pré-moderno, pois esse não se encontra no estágio anterior à modernidade e nem marcha inevitavelmente em direção a ela. As realidades vivenciadas nesse mundo continuarão caminhando junto e ao lado do mundo sob intervenção da modernidade colonial. Mas, ao serem alcançadas pela influência do processo colonizador, foram prejudicadas, pois tornaram perversas e muitos mais autoritárias as hierarquias que já continham em seu interior, hierarquias essas, basicamente, as de *status*, como casta e gênero.

A modernidade nega a existência de outros mundos com diferentes pressuposições ontológicas, essa negação ocorre ao roubar-lhes a validade e a coexistência no tempo. Esta negação é a colonialidade, que emerge como constitutiva da modernidade (LUGONES, 2014). De acordo com Dussel (2000), a modernidade, enquanto um novo paradigma de vida cotidiana, de compreensão histórica, da religião, da ciência, surge ao final do século XV com a conquista do Atlântico. A América Latina entra na modernidade como a outra face, dominada, explorada, encoberta. A discussão de modernidade é aqui importante pois de acordo com Quijano (2005), ela introduz um modo de produzir conhecimento que demonstra como o padrão mundial do poder é colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva de conhecimento é conhecida como Eurocentrismo. Em outras palavras, é uma forma de se produzir conhecimento eurocentrada, a partir da perspectiva europeia.

A distinção entre colonialismo e colonialidade é essencial. Maldonado-Torres (2007) define o colonialismo como uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que constitui essa outra nação em um império. A colonialidade seria então um padrão de poder que emerge do colonialismo moderno. Mas ela não está limitada a uma relação formal entre povos, mas se refere a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações subjetivas se articulam entre si por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Dessa forma, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, essa sobrevive ao colonialismo. A colonialidade se mantém viva em manuais de aprendizagem, nos critérios para um trabalho acadêmico de qualidade, na cultura, no senso comum, na imagem que temos dos povos e em vários outros aspectos da nossa experiência moderna. Em outras palavras, respiramos a colonialidade na modernidade, cotidianamente (MALDONADO-TORRES, 2007).

Assim, a superação da colonização não implica na superação da colonialidade. O maior mito do século XX é a noção de que a eliminação das administrações coloniais implicaria a descolonização do mundo, mas, apesar da erradicação dessas administrações, os povos não-europeus continuam a viver sob a exploração e dominação europeia/euro-americana. As múltiplas e heterogêneas estruturas globais persistiram e ainda vivemos sob a mesma “matriz de poder colonial” e passamos a viver não mais um “colonialismo global” mas uma “colonialidade global” (GROSFOGUEL, 2008; LUGONES, 2014).

A discussão sobre colonialidade do ser é importante pois segundo Maldonado-Torres (2007), nos ajuda a entender que a partir da colonização a mulher negra passa a ser vista como

um objeto sexual sempre pronto de antemão ao olhar violador do branco, e como fundamentalmente promíscua. Como discutido anteriormente com base em Quijano (2005), a classificação racial dos povos colocou as raças tidas como inferiores mais perto da natureza e, no caso das escravas negras, dentro da natureza. Isso justificava a visão das mesmas como objeto sexual, passíveis de serem violadas. A proximidade com a natureza era um critério de classificação.

De acordo com Assis (2014), a colonialidade na apropriação da natureza diz respeito a formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais, considerando os mesmos como mercadorias. Essas formas hegemônicas também representam o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente bem como perpetuam formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios.

Para Quijano (2005), a abordagem pós-colonial surge como uma crítica a dimensão de poder baseada na classificação da população mundial, desde a época colonial, na noção de raça, ou seja, surge com uma crítica à colonialidade do poder. Essa abordagem pós-colonial também postula sua crítica ao “processo de produção do conhecimento científico que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países europeus, reproduziria, em outros termos, a lógica da relação colonial” (COSTA, 2006, p.117). Estudiosos pós coloniais e feministas (países do terceiro mundo, negros, marxistas, lésbicas) tem em comum a crítica contra a estrutura social subjacente e o desejo de mudança social (PALUDI et al., 2016).

Mignolo (2011 apud PALUDI et al., 2016) defende um movimento que vá além do pós-colonialismo, que implica um deslocamento, uma mudança de pós-colonial (depois do colonial) rumo a uma direção decolonial (além do colonial). Isso implicaria uma compreensão alternativa de mundo em que os intelectuais não ocidentais possuem uma voz. Um pensamento de fronteira é necessário para romper com a superioridade/hegemonia do conhecimento ocidental, desaparecendo, assim, a noção de centro e periferia. Através desse pensamento de fronteira é possível ir além da crítica pós-colonial e migrar para uma decolonialidade do conhecimento, se livrando, assim, do legado colonial.

A proposta decolonial é justamente romper com essa episteme sediada no Norte. Os paradigmas eurocêntricos hegemônicos assumem um ponto de vista universalista, neutro e objetivo. Assim, na filosofia e nas ciências ocidentais aquele que fala está sempre escondido, oculto, o que garantiria a neutralidade. Dessa forma, o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/

de gênero e o sujeito enunciador encontram-se sempre desvinculados. Ao romper a ligação entre o sujeito da enunciação e esse lugar epistêmico, a filosofia e as ciências sociais logram êxito em gerar o mito sobre um conhecimento universal e “verdadeiro”. Esse mito encobre e oculta não apenas o sujeito que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (GROSFOGUEL, 2008). Segato (2012) afirma que nossa sociedade é, então, dominada pela episteme da colonialidade.

Grosfoguel (2008) salienta a importância da distinção entre “lugar epistêmico” e “lugar social”. “O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa necessariamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno” (GROSFOGUEL, 2008, p. 04). O mesmo autor complementa que levar os sujeitos socialmente situados do lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles situados em posições dominantes é o êxito do sistema-mundo colonial/moderno. A importância das perspectivas epistêmicas subalternas residem no fato de serem “uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas”. Daí a importância do *locus* de enunciação, pois sempre se fala de algum lugar, ou seja, o conhecimento é sempre situado (GROSFOGUEL, 2008, p. 04).

Ballestrin (2013) alerta que o processo de decolonização não deve ser entendido como uma rejeição da criação humana realizada pelo Norte global mas sim como um contraponto e resposta à tendência histórica da divisão do trabalho no escopo das ciências sociais, na qual o Sul Global é responsável por fornecer as experiências, enquanto o Norte global as teoriza e as aplica.

É importante destacar a distinção feita por Catherine Walsh ao utilizar o termo “decolonização” e não “descolonização”. A supressão da letra “s” tem por finalidade distinguir o projeto decolonial do grupo Modernidade Colonialidade (M/C) da ideia histórica de descolonização via libertação nacional durante a Guerra Fria (BALLESTRIN, 2013). Grupo esse, constituído no final dos anos 90, que introduziu a abordagem decolonial na América Latina. Em virtude disso, nesse trabalho, apesar de Lugones e Grosfoguel utilizarem o termo descolonização, o utilizaremos com a supressão do “s”.

Um projeto de decolonização e libertação anticapitalista não pode ser reduzido a uma única dimensão da vida social, mas é preciso sim uma transformação mais ampliada das

hierarquias sexuais, de gênero, espirituais, epistêmicas, econômicas, políticas, linguísticas e raciais do sistema-mundo/colonial/moderno (GROSFOGUEL, 2008).

O conceito de sistema moderno colonial de gênero de Lugones (2014) nos ajuda a questionar as dicotomias hierárquicas que o poder colonial instituiu. Poder esse que coloca a mulher colonizada como inferior, subordinada até mesmo ao homem colonizado. Lugones (2014) denuncia então a imposição colonial moderna de um sistema de gênero opressivo, racialmente diferenciado, permeado pela lógica moderna da dicotomização.

A intenção da autora é propor o sistema colonial de gênero como uma:

[...] lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica (LUGONES, 2014, p.935).

Lugones relaciona a coloniedade do poder com a coloniedade do gênero:

Ao pensar a colonialidade do gênero, eu complexifico a compreensão do autor (Quijano) sobre o sistema de poder capitalista global, mas também critico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres. Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. Isso contrasta fortemente com o processo de conversão que constitui a missão de cristianização (LUGONES, 2014, p.939).

A consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” se torna uma categoria vazia, pois nenhuma mulher é colonizada e nenhuma fêmea colonizada é mulher. A hierarquia dicotômica entre humano e não humano, dicotomia central da modernidade colonial, tornou-se a marca do humano e a marca da civilização, assim, só os civilizados são homens ou mulheres. Esse processo de desumanização das pessoas torna as mulher colonizadas em não-mulheres. Isso porque o sistema de gênero é não só hierárquica mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas (LUGONES, 2014).

Cada categoria homogênea, separável e atomizada é caracterizada em referência ao membro superior da dicotomia. Dessa forma, “mulheres” faz referência às mulheres brancas, “negros” refere-se aos homens negros. Assim, quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, mestiças, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis. São impossíveis pelo fato de não serem nem mulheres burguesas europeias, nem machos indígenas. A interseccionalidade entre raça, classe e gênero é importante justamente porque mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor. Mas é preciso ser capaz de pensar na sua presença como seres tanto oprimidos como resistentes (LUGONES, 2014).

A colonização acabou, mas a colonialidade do gênero ainda está conosco, é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Para Lugones (2014, p.939):

Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da “diferença colonial”. Tais seres são, como sugeri, só parcialmente compreendidos como oprimidos, já que foram construídos através da colonialidade do gênero. A sugestão é não buscar uma construção não colonizada de gênero nas organizações indígenas do social. Tal coisa não existe; “gênero” não viaja para fora da modernidade colonial. Logo, a resistência à colonialidade do gênero é historicamente complexa.

A colonialidade do gênero “são exercícios de poder concretos, intrincadamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário” (LUGONES 2014, p. 948). Em outras palavras, a colonialidade do gênero está presente em nosso dia-a-dia, como por exemplo, no momento em que mulheres agricultoras familiares são obrigadas a ter uma dupla jornada de trabalho (tratada como “ajuda” ou obrigação) e ainda receber menos que os homens pelo trabalho realizado no ambiente produtivo.

Segundo Lugones (2014) a resistência à colonialidade de gênero não é o fim ou a meta da luta política, mas sim o seu começo. É preciso entender essa resistência a partir da perspectiva da diferença colonial. Isso porque “em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos

torna. Esta é uma vitória infrapolítica” (LUGONES, 2014, p.940). Somos diferentes daquilo que o poder colonial nos torna, se estivéssemos tomados pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” perderia muito de seu significado e o projeto da decolonialidade perderiam sua base ancorada nas pessoas. “Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vívida do social” (LUGONES 2014, p. 940).

Assim, para Lugones (2014) a colonialidade do gênero é a análise da opressão de gênero racializada capitalista e a possibilidade de superar a colonialidade do gênero é chamado de feminismo decolonial. A tarefa feminista decolonial se inicia com a própria mulher percebendo essa diferença colonial e resistindo enfaticamente ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao ver essa diferença colonial a mulher se torna capaz de ver o mundo de outra forma, de ressignificá-lo e renová-lo e assim então passar a exigir de si mesma abandonar o seu encantamento com “mulher”, o universal, para assim começar a aprender com outras mulheres, companheiras de luta, que também resistem à diferença colonial.

Ao focar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, a intenção é revelar o que se encontra encoberto. Ao contrário de pensar o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias, devemos pensar o processo como sendo continuamente resistido e resistindo até hoje. A transcendência da diferença colonial só pode ser feita desde uma perspectiva de subalternidade. É nas histórias de resistência na diferença colonial onde as mulheres devem residir, aprendendo umas sobre as outras (LUGONES 2014).

Lugones (2014, p.949) ressalta que:

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo espaços e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente

diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade.

O poder colonial ao instituir categorias dicotômicas, as institui como homogêneas, já não mais importa, por exemplo, a origem do negro (de quais tribos africanas) e dos nativos americanos (incas, maias, astecas, etc), todos tem sua identidade “roubada” e passam a ser chamados apenas de negros e índios. De acordo com Siliprandi (2015) os feminismos “terceiro-mundistas”, pós-coloniais e multiculturalistas dos anos 90 trouxeram o debate sobre o reconhecimento das diferentes formas de opressão que se entrecruzam formando as identidades das mulheres. Ainda segundo essa mesma autora, isso também se junta às críticas feitas pelas mulheres negras desde 1970 sobre a impossibilidade de universalizar-se a condição feminina como a única forma de opressão vivida pelas mulheres.

Não podemos dizer, entretanto, que a imposição de um modelo colonialista sobre os países do Terceiro Mundo é a fonte de todas as violências ambientais e de gênero, pois o processo de desenvolvimento capitalista se deu sobre bases preexistentes de desigualdade sociais e econômicas, inclusive de gênero (GARCÍA, 1992). Em outras palavras, não se pode afirmar que todas as opressões vividas pelas mulheres sejam fruto do colonialismo, pois antes mesmos desse, as opressões de gênero se faziam presentes. Entretanto, com a colonização essa relação se intensifica, ao se estabelecer, segundo Grosfoguel (2008), uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos. O feminismo decolonial busca superar essa situação e descolonizando gênero, superando a colonialidade do gênero.

Como afirma Segato (2012), gênero é um tema central da crítica decolonial:

Proponho, portanto, ler a interface entre o mundo pré-intrusão e a modernidade colonial a partir das transformações do sistema de gênero. Entretanto, não se trata meramente de introduzir o gênero como um tema entre outros da crítica decolonial ou como um dos aspectos da dominação no padrão da colonialidade, mas de conferir-lhe um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao serem capturadas pela nova ordem colonial/moderna (SEGATO, 2012, p.114).

2.3 Agroecologia: ciência, prática e movimento social

O termo "agroecologia" foi utilizado pela primeira vez em duas publicações científicas de Bensin (1928, 1930). Atualmente o termo é usado com significados bastantes diferentes. A agroecologia envolve várias abordagens para resolver os desafios reais da produção agrícola. Embora tenha tratado principalmente dos aspectos de produção e proteção de culturas, nas últimas décadas novas dimensões, como questões ambientais, sociais, econômicas, éticas e de desenvolvimento estão se tornando relevantes (WEZEL et al., 2009).

Hoje, o termo "agroecologia" significa uma disciplina científica, prática agrícola ou movimento político ou social. Até os anos 1960 a agroecologia se referia apenas como uma disciplina puramente científica. Em seguida, desenvolveram-se diferentes ramos da agroecologia. Após os movimentos ambientais na década de 1960, que foram contra a agricultura industrial, a agroecologia evoluiu com a promoção de movimentos agroecológicos na década de 1990. A agroecologia como prática agrícola emergiu na década de 1980. Além disso, as escalas e as dimensões das investigações agroecológicas mudaram ao longo dos últimos 80 anos a partir das escalas de campo e campo para as escalas de fazenda e agroecossistema. Na verdade, três abordagens persistem: (1) investigações em escalas de campo e campo; (2) investigações nas escalas de agroecossistema e fazenda; e, (3) investigações sobre todo o sistema alimentar (WEZEL et al., 2009).

Essas diferentes abordagens da ciência agroecológica podem ser explicadas pela história das nações. Na França, a agroecologia foi entendida principalmente como prática agrícola e, até certo ponto, como movimento, enquanto a disciplina científica correspondente era a agronomia. Na Alemanha, a agroecologia tem uma longa tradição como disciplina científica. Nos EUA e no Brasil, ocorrem as três interpretações da agroecologia, embora com predominância de agroecologia como ciência nos EUA e uma maior ênfase no movimento e na prática agrícola no Brasil (WEZEL et al., 2009).

Schutter (2010) define a agroecologia tanto como uma ciência quanto como um conjunto de práticas agrícolas, para ele enquanto ciência "é a aplicação da ciência ecológica ao estudo, desenho e manejo de agrossistemas sustentáveis" e, enquanto prática, "procura sempre melhorar sistemas agrícolas por meio da imitação de processos naturais, criando interações e sinergias biológicas benéficas entre seus componentes" (SCHUTTER, 2010, p. 6).

Para Peterson (2012) a agroecologia se afirma na sociedade assumindo três acepções. A primeira delas é como uma teoria crítica que faz um questionamento radical à agricultura industrial/convencional, fornecendo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis. A segunda é como uma prática social adotada em coerência com a teoria agroecológica e finalmente, a terceira como um movimento social. Movimento esse que mobiliza tanto atores envolvidos prática e teoricamente no desenvolvimento da agroecologia como também contingentes cada vez maiores da sociedade que estão engajados na justiça social, segurança alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre os gêneros e também de relações entre o mundo real e as cidades que sejam mais equilibradas (PETERSON, 2012).

Existe um crescente apoio de especialistas de todo o mundo de que um modelo agrícola baseado na agroecologia pode proporcionar uma via sustentável, socialmente inclusiva, produtiva e eficiente para aumentar a segurança alimentar e aliviar a pobreza rural. Enquanto ciência e conjunto de práticas, a agroecologia é intensiva em conhecimentos, é participativa, organizada e inovadora (MCKAY, 2012; MCKAY; NEHRING, 2014). Ela é uma ciência que busca entender o funcionamento de agroecossistemas complexos, assim como as interações presentes nestes, possuindo como princípios a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para que ocorra a autorregulação e, por consequência, sustentabilidade (ASSIS, 2006).

Os princípios fundamentais da agroecologia baseiam-se no uso e reciclagem de nutrientes e energia do ecossistema de maneiras complementares e diversificadas para criar um ambiente rico, resiliente e fértil. É uma disciplina extremamente inovadora e intensiva em conhecimento, focada no conhecimento dos agricultores e no uso de métodos participativos de agricultores para fazendeiros e redes de intercâmbio para compartilhar ideias, técnicas e práticas. Utilizando o conhecimento e a experiência dos mais familiarizados com o ecossistema e seus padrões climáticos, os agricultores locais usam uma diversidade de esquemas de gerenciamento complexos e técnicas de adaptação para fortalecer a resiliência dos ecossistemas e minimizar a dependência de insumos agroquímicos e energéticos. Ao diminuir ou remover completamente a dependência de insumos externos, os pequenos agricultores não terão que usar seus rendimentos ou ficarem endividados para cultivar suas culturas dependentes de produtos químicos (MCKAY, 2012).

Por meio das práticas agroecológicas busca-se, além da permanência das famílias no campo com o manejo sustentável dos solos e a preservação dos recursos naturais, também a valorização dos saberes locais e a independência dos pequenos agricultores, que passam a comercializar seus produtos sem a presença de um atravessador (SANTOS et al., 2014). Assim, a agroecologia não é apenas uma forma de praticar agricultura ou então o uso de tecnologias que não agridem o meio ambiente, mas se trata, sobretudo, de romper com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado no monocultivo, no latifúndio e, no agronegócio, que formam a base do modelo capitalista de desenvolvimento rural gerador de exclusão social (FERREIRA, 2016).

De acordo com Altieri e Toledo (2011), existem quatro razões pelas quais a agroecologia tem sido abraçada pelos movimentos sociais rurais: 1) A difusão social da agroecologia requer constante participação dos agricultores; 2) é uma abordagem culturalmente aceitável, uma vez que se baseia no conhecimento tradicional e promove um diálogo de saberes com abordagens científicas mais ocidentais (no sentido de valorização dos conhecimentos locais e não do conhecimento produzido na chave ocidental, que é uma crítica da abordagem decolonial adotada por esse trabalho); 3) promove técnicas economicamente viáveis, enfatizando o uso do conhecimento indígena, agrobiodiversidade e dos recursos locais, evitando a dependência de insumos externos; 4) a agroecologia é ecologicamente correta, pois não tenta modificar os sistemas de produção existentes, mas sim tenta otimizar seu desempenho por meio da promoção da diversidade, sinergia e eficiência.

2.4 Debate agroecológico no Brasil

O processo de desenvolvimento agrícola, que se deu pautado no atual modelo de desenvolvimento hegemônico e seus processos de produção e consumo, baseados no crescimento e na globalização da economia mundial, vem sendo fortemente criticados pelas ameaças à sustentabilidade ambiental e à saúde, associadas às iniquidades sociais que vulnerabilizam diferentes territórios e populações na sua condição de trabalhadores e moradores de áreas afetadas. Entre essas populações se encontram indígenas, quilombolas, extrativistas, agricultores familiares e também populações urbanas (PORTO; SOARES, 2012).

A partir da década de 1960 a agricultura brasileira passou por profundas transformações tanto no padrão tecnológico como nas relações sociais. Patrocinadas pelo Estado, essas transformações visavam modernizar o setor agrícola com a finalidade de aumentar a oferta de alimentos e produtos destinados à exportação e também liberar recursos humanos e fornecer capital para o setor urbano-industrial. Convencionou-se chamar essas transformações de modernização conservadora uma vez que a base tecnológica foi alterada sem, contudo, mudar a estrutura agrária, conservando o padrão injusto de distribuição da posse da terra (LUZZI, 2007).

Segundo Siliprandi (2015), se por um lado essa concepção modernizadora da agricultura, baseada em utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos e, máquinas agrícolas, levou a um espantoso aumento na produtividade agrícola, por outro esse processo provocou e está provocando graves problemas sociais e ambientais, principalmente nos países do denominado terceiro mundo. Entre esses problemas se encontram: concentração de renda; êxodo rural; perda da fertilidade do solo, desmatamento e perda da biodiversidade, etc.

Essa modernização capitalista da agricultura, no Brasil, ocorreu de forma elitista, concentradora e desigual, que beneficiou, principalmente aqueles agricultores que detinham um maior controle de terra e capital, bem como influência política e em detrimento dos agricultores familiares, menos capitalizados, com dificuldade de acesso à terra e conseqüentemente com menor poder de barganha. Como resultado desse contexto, apesar do aumento da produtividade agrícola, intensificam-se a concentração de renda, miséria, exclusão social, violência no campo, desnutrição das comunidades carentes e também a degradação ambiental (MATTOS, 2006).

Frente a esse quadro, não é suficiente apenas fazer investimentos na agricultura mas é necessário adotar medidas que facilitam a transição para um tipo de agricultura com baixas emissões de carbono assim como preservação de recursos que beneficie os agricultores mais pobres, que são os mais vulneráveis nesse cenário adverso da agricultura dita moderna (SCHUTTER, 2012).

Assis (2006) pontua que os movimentos de agricultura alternativos ao convencional, que surgiram no Brasil e no mundo, se contrapõem aos métodos utilizados pelo agricultura convencional, sendo eles o uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos, etc. O autor afirma ainda que para esses movimentos a solução se encontra não em alternativas

parciais, mas no rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção de forma a minimizar a necessidade de insumos externos à propriedade.

No final da década de 70 e início da década de 80, no Brasil, as críticas ao processo de modernização se intensificaram, influenciadas por discussões e movimentos de oposição ao padrão tecnológico moderno que vinham ocorrendo, em diferentes partes do mundo, desde a década de 60. Isso principalmente devido aos altos custos das tecnologias modernas bem como suas consequências sociais e ambientais. Intelectuais brasileiros que estiveram em contato com movimentos críticos a esse modelo internacionalmente e categorias profissionais, especialmente os engenheiros agrônomos, foram os responsáveis por tecer essas primeiras críticas (LUZZI, 2007).

Tem-se início no Brasil então, um movimento de contestação ao padrão tecnológico dominante, movimento esse que ficou conhecido como agricultura alternativa. A partir da década de 80, esse movimento evolui para o debate agroecológico, que se desenvolveu por meio de duas vertentes principais: os Encontros de Agricultura Alternativa – EBAAAs, que se configuram como o principal fórum de discussão e articulação do movimento da agricultura alternativa e o Projeto de Tecnologias Alternativa da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, o PTA/FASE, reconhecido destaque na construção do debate agroecológico no Brasil (LUZZI, 2007).

Os EBAAAs foram importantes na medida em que conformaram um pensamento crítico em relação ao padrão tecnológico dominante e reuniram diversas pessoas e instituições com objetivos e motivações bastante diferenciadas em torno da temática agricultura alternativa. As preocupações envolviam desde as mais próximas ao debate ambientalista e do conhecimento das práticas alternativas até preocupações com os impactos sociais da modernização e a necessidade de uma mudança mais profunda da sociedade em direção ao socialismo. Houve grande diversidade de participantes no evento, pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, membros de organizações não governamentais, representantes de instituições públicas e privadas, lideranças de movimentos sociais, agricultores, profissionais e estudantes das ciências agrárias, especialmente agronomia (LUZZI, 2007).

Os debates realizados nos dois primeiros encontros se concentraram em tecer críticas ao padrão tecnológico moderno (evidenciando as suas consequências econômicas, sociais e ambientais) e na apresentação de experiências produtivas e trabalhos de pesquisas que envolviam tecnologias poupadores de insumos e recursos naturais. O debate se centrava

assim, em desenvolver tecnologias alternativas ao pacote tecnológico moderno. Porém, a partir do terceiro encontro houve uma ampliação da base social do movimento (com a participação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Confederação Nacional do Trabalhadores Rurais - CONTAG e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST) assim como do debate que passa a levar em conta as questões sociais da produção. Por divergências entre a coordenação dos EBAA's (de um lado a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB e Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil - FAEAB e do outro o PTA/FASE) foi realizado apenas mais um encontro. O PTA/FASE representava uma vertente mais social da agricultura alternativa, tanto que no quarto EBAA a rede PTA defendeu a realização de um encontro onde os agricultores tivessem a oportunidade de expor suas experiências e dificuldades, uma proposta diferente dos três primeiros eventos, que foram mais voltados para a área acadêmica (LUZZI, 2007).

A ideia do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) da FASE não era trabalhar com tecnologias alternativas mas sim assessorar trabalhadores rurais na luta pela permanência no campo. Porém, diante da dificuldade de encontrar soluções abrangentes para o conjunto dos agricultores familiares brasileiros e não somente de um pequeno grupo assessorados pela assistência técnica, em 1981 foi formulado um projeto técnico, de abrangência nacional, visando pesquisar alternativas tecnológicas ao pacote da Revolução Verde e então divulgar essas alternativas aos agricultores. Em dezembro de 1982 o projeto recebe o apoio financeiro da cooperação técnica francesa e em 1983, tem seu início com a chegada dos recursos à FASE (LUZZI, 2007).

O passo inicial do projeto foi identificar pessoas envolvidas de alguma forma com tecnologias alternativas. Assim, foi realizado um mapeamento das experiências bem como de instituições e pessoas que desenvolviam trabalhos envolvendo esse tipo de tecnologia. O PTA/FASE também apostou na identificação e resgate das experiências desenvolvidas pelos próprios agricultores e isso se tornou muito significativo para o projeto (LUZZI, 2007).

Um grande passo foi a evolução do mesmo para redes de intercâmbio, que tinha por objetivo facilitar a circulação de informações. Com a criação da rede, houve um período de rápida multiplicação de ONGs e equipes ligadas ao PTA/FASE. Outras ONGs já existentes também se vincularam ao projeto. Paralelamente à estruturação dessas redes de intercâmbio, tem-se início a discussão sobre a criação de Centros de Tecnologias Alternativas, os CTAs. O papel desses centros seria atuar de forma complementar às Redes de Intercâmbio, procurando

soluções aos problemas levantados com os pequenos produtores e também desenvolvendo tecnologias mais voltadas à realidade desses (LUZZI, 2007).

O PTA/FASE teve crescimento rápido, com ampliação das equipes de trabalho e realização de diversos encontros de tecnologias alternativas em nível estadual, regional e local, além de um grande número de cursos de capacitação e sensibilização em tecnologias alternativas. Decidiu-se desvincular o projeto da FASE, optando por uma organização em rede, com estrutura descentralizada e autonomia das ONGs membros. O PTA então se desvinculou institucionalmente da FASE e as equipes vinculadas à coordenação nacional constituíram-se em ONGs autônomas. Os então coordenadores do PTA se estruturaram numa nova organização, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), criada em 1989. Eles deixam de ser coordenadores e passam a assessorar as ONGs membros da Rede PTA (LUZZI, 2007).

Em 2002 e 2004 foram criadas, respectivamente, duas organizações importantes para o campo agroecológico brasileiro, a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA e a Associação Brasileira de Agroecologia - ABA. De acordo com Altieri e Toledo (2011) a criação da ABA foi e tem sido fundamental para o movimento agroecológico no Brasil, isso porque reúne, em seus congressos nacionais e centenas de congressos e reuniões em nível estadual, pequenos agricultores, pesquisadores e técnicos de ONGs para discutir os avanços e estratégias para a agroecologia. Ainda segundo esses autores a criação da ANA foi outro marco importante, na medida em que esta atua como um instrumento estratégico para a coordenação de esforços entre as organizações de agricultores, instituições acadêmicas e pessoas das esferas das ONGs.

A ANA se configura como um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira que estão engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, assim como de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Trata-se de uma rede de redes. A ANA é composta por vinte e três redes estaduais e regionais que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional (ANA, 2015).

A ANA tem sido responsável por realizar os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), que constituem o principal fórum de discussão e decisão acerca das estratégias políticas da Articulação. Foram realizados três ENAs: Rio de Janeiro – RJ, 2002; Recife – PE,

2006; e Juazeiro – BA, 2014. Após o terceiro ENA, a Plenária Nacional da ANA se tornou um fórum para avaliação e debate de estratégias. Dessa plenária participam todas as organizações, redes e movimentos que compuseram a comissão organizadora do terceiro ENA, além de redes estaduais de agroecologia que se formaram após esse encontro. A plenária ocorre no mínimo uma vez por ano. As estratégias definidas nos encontros e nas plenárias nacionais são então encaminhadas pelo núcleo executivo e pela secretaria executiva da Articulação. O núcleo executivo é composto por oito pessoas, representantes de cinco organizações do campo agroecológico e do grupo de trabalho mulheres da ANA (GT-Mulheres). Esse núcleo se reúne com um periodicidade de em média quatro vezes ao ano. A secretaria executiva da ANA se localiza na cidade do Rio de Janeiro (ANA, 2015).

A ABA Agroecologia, por sua vez, é mais voltada para o ambiente acadêmico-científico. O objetivo principal da associação é incentivar e contribuir para a produção de conhecimentos científicos no campo da Agroecologia (ABA, 2017).

Altieri e Toledo (2011) apontam que o encontro ideológico entre agroecologia e as principais organizações políticas rurais do Brasil, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem sido fundamental para o campo agroecológico.

O movimento agroecológico representa um movimento contra-hegemônico que objetiva resistir às práticas do agronegócio. Isso porque o movimento procura responder à crescente deterioração ambiental e exclusão social de agricultores rurais devido a modernização agrícola; busca gerir os agroecossistemas, diminuindo assim a dependência dos agricultores de insumos externos e atua como barreira as tecnologias introduzidas pela chamada “Revolução Verde”. Para que esse movimento possa legitimar-se e construir uma estratégia contra-hegemônica, ele precisa modificar relações de poder estabelecidas no meio rural brasileiro, mantidas pela dominação do agronegócio (FONTOURA; NAVES, 2016).

Altieri e Toledo (2011) defendem então que os movimentos agroecológicos no Brasil, região Andina, México, América e Cuba têm potencial para promover uma ampla mudança agrária e social sustentável. Eles argumentam que a emergente “revolução agroecológica”, ou seja, uma revolução epistemológica, técnica e social, está criando novas e inesperadas alterações dirigidas a restaurar a autossuficiência local, conservação e regeneração da biodiversidade agrícola e de recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis e a

capacitação de organizações camponesas. Para os mesmos estas mudanças desafiam diretamente políticas de modernização neoliberais baseadas no agronegócio ao abrir novas vias políticas para sociedades agrárias latino-americanas.

2.5 Mulheres na Agroecologia

A resistência às políticas de modernização neoliberais, promovida pelo movimento agroecológico, está intimamente relacionada com a luta radicalizada anticapitalista realizada pelos movimentos feministas e outros movimentos sociais no seio das articulações globais de países na moldura Sul-Sul de que trata Matos (2010). A aproximação entre o feminismo e a agroecologia se concretiza com as mulheres participando ativamente do movimento agroecológico, inclusive dentro da ANA.

Segundo Siliprandi (2015), a aproximação entre o movimento de mulheres e os movimentos ecológicos, no Ocidente, ocorre desde a década de 1960, período em que eclodiu na Europa e nos EUA os movimentos de contracultura que questionavam, sobretudo, um modelo civilizatório. Uma das primeiras aproximações entre ecologismo e feminismo foi a discussão a respeito do aumento populacional e os direitos reprodutivos das mulheres (SILIPRANDI, 2015).

A aproximação dos movimentos de mulheres com as lutas ecológicas se dá também em eventos internacionais. A Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992, e, em particular, o Planeta Fêmea, foi o espaço em que mais fortemente as mulheres apareceram no cenário público internacional, reivindicando um lugar privilegiado na discussão das questões ambientais. No princípio 20 da Declaração da Rio 92 afirma-se que as mulheres possuem um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento, reconhecendo que a participação delas é essencial para alcançar a justiça socioambiental (ONU BRASIL, 2017).

No mundo, as mulheres representam cerca de 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das agroflorestas e pescadores. Seus conhecimentos e trabalho tem papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares, em especial nos países em desenvolvimento. Nas Américas e Caribe, por exemplo, elas são responsáveis por 45% da produção de alimentos, mas, paradoxalmente, compõem a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza assim como sujeitas a fome e desnutrição em diversas

partes do mundo. Em nosso país, são quase 15 milhões de mulheres do campo privadas de acesso à cidadania, isso porque elas não têm reconhecidas as suas condições de agricultoras familiares, camponesas ou trabalhadoras rurais. Representando 47,8% da população residente no meio rural, apenas 16% são titulares das terras onde residem (PACHECO, 2009).

Embora sua participação nem sempre seja reconhecida, frequentemente as mulheres trabalhadoras rurais se mostram presentes nas lutas sociais dos agricultores brasileiros. Até a década de 1980 a forma de inserção das mulheres nos movimentos sociais rurais foi por meio da participação de seus maridos ou mesmo de outros familiares e, somente quando esses faleciam, é que elas assumiam os cargos de liderança que eles ocupavam. Porém, o reconhecimento era direcionado aos homens e não à esposa (SILIPRANDI, 2015).

As mulheres têm lutado em sindicatos, como na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), dentro de movimentos coletivos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também estão reunidas em organizações autônomas (Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA, etc.) (PRÉVOST; ESMERALDO; GUÉTAT-BERNARD, 2014).

Elas são parte ativa do modo de produção familiar, no entanto, não participam dos processos de tomada de decisão sobre as atividades e seu trabalho muitas vezes não é reconhecido e nem remunerado. O indivíduo considerado representante da família perante instituições e dentro dos sindicatos é o homem, ele é o sujeito político e social. O trabalho dos homens é constitutivo de identidade e autoridade, enquanto o das mulheres dentro da mesma unidade de produção é invisível, qualificado muitas vezes como “ajuda”, não remunerado e portanto, negado socialmente. Atualmente, 67,9% das mulheres que trabalham na agricultura estão sob o status de esposo e não em seu próprio nome. As tarefas domésticas e parentais também são invisíveis e não são valorizadas socialmente. As mulheres dedicam mais de 22 horas por semana a este tipo de trabalho, em contrapartida, os homens dedicam 10 horas (PRÉVOST; ESMERALDO; GUÉTAT-BERNARD, 2014).

Tanto a agroecologia quanto a agricultura familiar sempre tiveram a participação das mulheres. Porém, o trabalho feminino não têm tido sua real contribuição considerada. Nesse sentido, é preciso afirmar que não existe agroecologia sem feminismo, pois são justamente as mulheres que ocupam posições centrais e sustentam vários tipos de resistência ao modelo

convencional de produção agrícola, com a organização de movimentos sociais agroecológicos e práticas associativas de produção (FERREIRA, 2016).

De acordo com Siliprandi (2015), estudos mostram que, muitas vezes, são as próprias mulheres que tomam a frente e iniciam a “conversão” da propriedade rural para sistemas sustentáveis e que isso se deve ao fato delas estarem mais envolvidas com propostas que abordam a saúde e a alimentação das famílias. Entretanto, quando o empreendimento começa a gerar resultados positivos, o homem passa a comandar as atividades. Isso se deve a forma como as relações de produção e relações familiares se estruturam nesse tipo de agricultura.

Esse fato faz com que as contribuições das mulheres à construção da agroecologia não sejam reconhecidas. Pode-se perceber então que também no campo agroecológico persiste a invisibilidade sobre as questões das mulheres, assim como ocorre na agricultura familiar em geral. As ações femininas não são valorizadas e suas reivindicações específicas terminam por ocupar um espaço marginal (SILIPRANDI, 2015).

No Brasil, os movimentos de mulheres estiveram presentes, ainda que em franca minoria, desde os primeiros encontros entre movimentos sociais rurais, ONGs do campo agroecológico e entidades sindicais, ocorridos no final dos anos 1990, que tiveram como finalidade discutir a necessidade de se criar uma articulação nacional do campo agroecológico. Quando ocorreu a criação da ANA em 2002, essas mulheres já vinham de experiências organizativas distintas (SILIPRANDI, 2015).

A ANA tem se mostrado um agente importante para o fortalecimento da relação mulheres e agroecologia. Na Carta Política, documento de sua fundação, a Articulação tem se definido como uma rede autogestionária e declara que para o alcance da sustentabilidade da produção agroecológica familiar, a igualdade de gênero é uma condição essencial. Também há uma proposta de que as políticas públicas voltadas à agroecologia abarquem as demandas específicas das mulheres (SILIPRANDI, 2009).

Em 2004 foi criado o Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA (GT Mulheres da ANA) durante um seminário nacional que reuniu organizações feministas, de mulheres rurais e do campo agroecológico para refletir sobre os diálogos entre feminismo e agroecologia. Desde sua criação, esse GT adota uma estratégia ancorada em duas linhas de ações complementares. A primeira consiste em incorporar o debate de gênero em todas as instâncias nacionais e regionais da ANA bem como junto a outros GTs da Articulação. A segunda consiste na busca pela intervenção nos espaços de formulação de políticas públicas, tendo

como finalidade valorizar as experiências que as mulheres desenvolvem nos diferentes contextos socioambientais do país. Esse GT se configura então como um espaço de auto-organização das mulheres na ANA, demonstrando a necessidade de mobilizá-las para que possam atuar de forma efetiva no enfrentamento das desigualdades de gênero na sociedade e da situação de exclusão nos debates e na esfera política. Para o GT mulheres, a incorporação da perspectiva de gênero na ANA e a divulgação das reflexões e experiências das mulheres é considerada como condição indispensável para que seja dada visibilidade ao papel fundamental desempenhado por elas na construção da Agroecologia (CARDOSO e RODRIGUES, 2009).

As mulheres se configuram como atores sociais importantes para o campo agroecológico, promovendo mudanças sociais, questionando preconceitos, disputando lugar com homens nas organizações, se organizando de maneira autônoma, em movimentos próprios, entre outras ações (SILIPRANDI, 2015). Elas lutam para que sejam reconhecidas como sujeito políticos, não somente por parte do Estado, mas também em suas comunidades, em suas casas e em suas vidas (JAIL, 2013). Assim, elas estão fortemente engajadas na luta pela mudança das desigualdades de gênero presentes na agroecologia, no campo e na sociedade de uma forma geral.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Expõem-se nesta seção os caminhos escolhidos para a realização da pesquisa empírica que possibilitem identificar evidências com o intuito de responder à questão norteadora deste estudo. Primeiramente, abordaremos a natureza da pesquisa, seguido pelos métodos de coleta de dados e, posteriormente, o método de análise e interpretação dos dados. Para análise foi adotada a análise de conteúdo.

3.1 Natureza da pesquisa

Este estudo é de natureza descritiva. Tem caráter qualitativo por ter como objetivo compreender, a partir das experiências das mulheres que fazem parte da coordenação da ANA e da ABA, as lutas e a trajetória do feminismo no campo agroecológico. Para Godoy (1995,

p.21), as pesquisas qualitativas são adequadas quando os pesquisadores desejam compreender “fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Segundo Gil (2007, p. 44) as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sendo assim, seus resultados podem ajudar a proporcionar uma nova visão do problema analisado. Uma das suas principais características é a possibilidade de se reunir vários instrumentos de coleta de dados (GIL, 2007).

3.2 Método de coleta de dados

3.2.1 Pesquisa documental e pesquisa bibliográfica

A pesquisa documental foi usada, principalmente, na contextualização da trajetória do feminismo no campo agroecológico. Segundo Cervo e Bervian (2002), na pesquisa documental são investigados documentos com a finalidade de descrever e comparar usos e costumes, tendências, entre outras características. Os principais documentos utilizados foram: as cartas políticas do primeiro, segundo e terceiro ENA; “Sem feminismo não há agroecologia! Carta das Mulheres ao ENA” e uma carta elaborada pelas mulheres em resposta a uma ofensiva machista de um agente importante do campo agroecológico. A escolha dos documentos se deu, principalmente, por indicação das próprias entrevistadas. Ao longo das entrevistas elas citam vários documentos que são importantes para se entender a trajetória do feminismo no campo agroecológico.

Também se utilizou da pesquisa bibliográfica pois não foi possível proceder a contextualização apenas por meio dos documentos. Esse tipo de pesquisa propicia ao pesquisador “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço” (GIL, 2007, p. 45), como foi o caso desta pesquisa. Foram selecionados, principalmente, artigos e livro que narram a aproximação entre movimento de mulheres e movimentos ecológicos, que inicia esse diálogo e que vai influenciar o intercâmbio entre feminismo e agroecologia.

3.2.2 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas por Skype® e com base em um roteiro semiestruturado. O roteiro foi utilizado como norteador, porém a ordem dos questionamentos dependia do caminhar da conversa. É importante destacar que as entrevistadas não são representativas do conjunto de mulheres que estão no movimento agroecológico e nem expressam uma tendência. Porém, acredita-se que são importantes para elucidar algumas questões que em geral as mulheres enfrentam quando se dispõem a atuar como sujeitos políticos nesse meio. As entrevistas foram utilizadas na contextualização da trajetória do feminismo no campo agroecológico bem como na discussão das categorias analíticas. Todas foram gravadas e posteriormente transcritas para se proceder com a análise.

3.2.1.1 Mulheres participantes da pesquisa

Para preservar a identidade das mulheres que fizeram parte da pesquisa, serão utilizados os seguintes nomes fictícios: Heloisa, Benedita, Maria e Luzia. Para acesso às entrevistadas foi utilizada a amostragem em bola de neve. Segundo Vinuto (2014), o pontapé inicial na realização desse tipo de amostragem em pesquisas qualitativas se dá com a seleção de documentos ou informantes-chaves, chamadas de *sementes*, com a finalidade de localizar pessoas, dentro da população geral, com o perfil necessário para a pesquisa. Assim, as sementes auxiliam o pesquisador a iniciar contatos. Em seguida, pede-se que essas pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas e assim sucessivamente.

Nesta pesquisa, as primeiras indicações de possíveis contatos foram realizadas durante a fase de qualificação do projeto de dissertação. A convidada para compor a banca de qualificação, que também faz parte do movimento agroecológico, sugeriu alguns nomes importantes. Ela se configura assim como uma *semente*. A partir da primeira entrevista as outras foram agendadas de acordo com as indicações.

Heloisa, Benedita e Luzia fazem parte da coordenação da Articulação Nacional de Agroecologia assim como do GT Mulheres da ANA. Maria faz parte da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA Agroecologia. Essas mulheres contribuíram muito para a pesquisa

pois fazem parte de organizações do campo agroecológico e estão em contato com o movimento do feminismo na agroecologia, tendo acompanhado a evolução desse debate.

3.3 Método de análise e interpretação dos dados

A técnica utilizada no tratamento dos dados das entrevistas foi a Análise de Conteúdo (A.C), amplamente utilizada em pesquisas qualitativas na área de administração. De acordo com Bardin (2010, p. 42), consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A análise é organizada, como propõe Bardin (2010), em três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é a fase de organização propriamente dita, geralmente possui as seguintes tarefas: a escolha dos documentos que serão submetidos a análise, a leitura flutuante desse material com o objetivo de se deixar invadir por impressões e orientações, a formulação das hipóteses (quando for o caso) e dos objetivos e também a elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final. A segunda etapa consiste na exploração do material, que se trata da aplicação sistemática das decisões tomadas, sendo realizadas operações de codificação, decomposição ou enumeração, quando for o caso. A fase três é o momento de interpretação propriamente dito, onde os resultados são tratados de modo que sejam significativos e válidos (BARDIN, 2010).

De acordo com Bardin (2010), para proceder com a análise de conteúdo é preciso definir como o texto será recortado. Esse recorte pode acontecer em palavras, frases ou parágrafos, por exemplo. Esses recortes são chamados de unidades de registro, que são unidades de significação que servirão de base para a categorização, usada na abordagem qualitativa e nesse trabalho. Aqui utilizou-se como unidade de registro trechos de entrevistas com sentido completo (muitas vezes com mais de uma oração).

Procedeu-se uma análise qualitativa, utilizando a análise de conteúdo temática ou categorial. Os dados foram agrupados segundo critérios de semelhança, definidos com base na fundamentação teórica, dando origem, assim, às categorias temáticas, que são apriorísticas, o que caracteriza o tipo de grade como fechada. As categorias são: **Significado da Aproximação Feminismo e Agroecologia e Lutas feministas na Agroecologia.**

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. No primeiro tópico, relacionado diretamente com o primeiro objetivo específico, será apresentada uma evolução do debate feminista no campo agroecológico, com o intuito de criar um contexto para as discussões realizadas nos demais tópicos. Posteriormente, apresentamos os significados da aproximação entre o feminismo e a agroecologia com a finalidade de compreender melhor a relação entre esses dois campos. Por fim, discutimos as lutas feministas na agroecologia, tópico esse relacionado ao segundo objetivo específico, que nos ajuda a entender quais são as principais lutas que as mulheres tem travado no campo agroecológico, em busca de espaço e reconhecimento enquanto portadoras de diferentes identidades sociais.

4.1 Evolução do debate feminista no campo agroecológico

O objetivo desse tópico é analisar a origem e evolução do debate feminista no campo da agroecologia. A proposta é investigar como este debate surge, quais as características que assume e como foi evoluindo com o tempo. É dentro do novo quadro teórico para atuação do feminismo, o feminismo trans ou pós-nacional, de que trata Matos (2010), que se localiza o debate do feminismo na agroecologia, uma luta anticapitalista e radicalizada. É, então, o encontro do feminismo com outro movimento social, o agroecológico, isso no seio das articulações globais de países na moldura Sul-Sul.

No Brasil, o início do que viria a ser o debate do feminismo na agroecologia acontece por meio das discussões acerca de gênero na agricultura familiar. Em 1996, com organização da Sempreviva Organização Feminista - SOF, são realizadas oficinas reunindo mulheres que participavam do movimento de trabalhadoras rurais e que discutiam o conceito de gênero e outros homens e mulheres que faziam parte do movimento sindical e que discutiam o conceito de agricultura familiar. A primeira delas, a Oficina Relações de Gênero na Agricultura Familiar, foi realizada no Horto Florestal, em São Paulo, no período de 20 a 22 novembro de 1996, promovida pela SOF e pela Recopa - Rede de Comercialização de Pequenos

Agricultores Associados, contou com o apoio da Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviços e do Ceris – Centro de Estatística Religiosa e de Investigações Sociais. A finalidade era construir um caminho para aproximar as discussões de gênero da agricultura familiar. O ponto de partida foram reflexões sobre a centralidade da agricultura familiar em um projeto alternativo de desenvolvimento para o país e as implicações que o conceito de gênero trazia para pensar esse projeto (NOBRE et al., 1998).

Essas discussões duraram mais de um ano, no final foi realizado o Seminário “Relações de Gênero na Agricultura Familiar”, em maio de 1998, em São Paulo. (NOBRE et al., 1998). Durante esse processo a SOF foi procurada para auxiliar algumas ONGs do Fórum Sudeste da Rede PTA na tarefa de incorporar gênero em seus debates. Essa rede PTA era composta por organizações que trabalhavam com o objetivo principal de promoção da agroecologia. Algumas oficinas sobre gênero e agricultura familiar foram feitas e se trabalhou muito a questão da divisão sexual do trabalho, da ausência das mulheres dos espaços públicos e da subordinação das mulheres. Durante as discussões ficou evidente, para os envolvidos, que não era apenas uma incorporação técnica de gênero, mas sim uma questão política e de relações de poder.

Percebeu-se a importância para as mulheres de criar vínculos entre as técnicas, as agricultoras e as mulheres que faziam parte da área administrativa das ONGs, para que elas tivessem uma maior apropriação desse processo de discussão acerca de gênero e agroecologia no âmbito das ONGs que faziam parte da rede PTA. Lugones (2014), ao propor um feminismo decolonial, aponta que a mulher ao ver a diferença colonial deve se tornar capaz de ver o mundo de outra forma, de ressignificá-lo e renová-lo e, assim, então passar a exigir de si mesma abandonar o seu encantamento com “mulher”, o universal, para assim começar a aprender com outras mulheres, companheiras de luta, que também resistem a diferença colonial. Daí então a importância dessa aproximação entre as diferentes mulheres envolvidas na discussão de gênero na agroecologia.

A partir de 1998 se inicia uma articulação de mulheres, no âmbito da rede PTA Sudeste, envolvendo nove entidades que trabalhavam com agroecologia. Assessoradas pela SOF foram realizados três encontros de troca de experiências e de reflexão (1998, 2000 e 2001) que tiveram como ponto central discutir a problemática da agricultura familiar sob o enfoque de gênero. As entidades assumiram um compromisso de não apenas discutir o papel

das mulheres na agroecologia mas avançar no sentido de um real empoderamento das mulheres rurais (SILIPRANDI, 2015).

Essa articulação de mulheres se transformou no Grupo de Trabalho de Gênero, o GT Gênero, da rede PTA Sudeste. Numa reflexão sobre o campo agroecológico, as participantes chegaram à conclusão que havia muita desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres nas próprias organizações que trabalhavam com agroecologia. As mulheres não ocupavam os postos administrativos e quando eram técnicas de campo estavam em posições com menor poder de decisão comparadas aos homens. Também perceberam que muitas vezes agricultores reconhecidos por suas experiências, apresentados como exemplos de sucesso, em casa eram violentos com as mulheres. As próprias técnicas e mulheres que compunham as organizações também relatavam situações de violências vivenciadas por elas. As mulheres do GT avaliavam que, ao não reconhecer as desigualdades, as organizações do campo agroecológico que compunham a rede acabavam reforçando-as na sua atuação.

No GT Gênero da rede PTA Sudeste foram realizadas as primeiras aproximações, empíricas e teóricas dos elementos de gênero na agroecologia. Esse grupo de trabalho foi importante na preparação e articulação para o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia. Como o ENA foi organizado em grupos de discussão temáticos, as mulheres do GT gênero propuseram e ressaltaram a importância que um dos grupos fosse de gênero, demanda que foi acatada pela organização do evento.

O primeiro ENA aconteceu nos dias 30 de julho a 02 de agosto de 2002, na cidade do Rio de Janeiro, 1.100 pessoas participaram, entre eles produtores e produtoras familiares, membros e representantes de entidades sindicais, associações e movimentos sociais (agricultores, criadores, pescadores, extrativistas, quilombolas e indígenas), profissionais de organizações governamentais e não governamentais (pesquisadores, extensionista, professores) e estudantes. Do total de participantes, por volta de 70% eram trabalhadores e trabalhadoras rurais. Porém não houve a preocupação com a cota de mulheres, assim, a realidade desse evento foi uma participação feminina inferior a 30% dos participantes, e em todas as mesas, nos espaços de maior visibilidade, havia somente uma mulher participando.

As reuniões dos grupos temáticos desse primeiro ENA eram realizadas ao mesmo tempo, assim, todas as mulheres que discutiam gênero estavam no grupo de gênero. Então, todas as outras discussões estavam sendo realizadas sem a presença feminina. Assim, foi necessária uma intervenção onde as mulheres saíram em missão aos demais grupos com o

intuito de pontuar a necessidade de colocar o enfoque de gênero nos demais temas. Esse ocorrido foi inclusive relatado em uma carta produzida por elas, a “Carta das Mulheres ao Primeiro ENA”. Essa carta denunciava a incoerência de ter a carta política do primeiro ENA, que trazia elementos de gênero, enquanto no encontro não se teve o cuidado de incluir gênero nos debates.

O GT – Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA, conjuntamente com outras entidades, promoveu um seminário cujo nome foi “Construindo um Diálogo entre Feminismo e Agroecologia”, realizado em Mario Campos, MG, em 2004. Foi um momento de reflexão e avaliação do próprio ENA, apontando as dificuldades de se abordar gênero e agroecologia dentro de algumas redes que faziam parte da ANA. Alguns pontos foram levantados, primeiro que a incorporação de gênero nas ações das entidades aconteciam “sem o acúmulo do movimento feminista”. Segundo que, em nome da cultura local, as relações tradicionais entre homens e mulheres eram enaltecidas. Terceiro, que se enaltecia também a relação mulher/natureza, mantendo assim as mulheres no lugar subordinado que lhes era imposto tradicionalmente (SILIPRANDI, 2015).

No mesmo seminário, em Mario Campos, as mulheres do então GT Gênero da rede PTA, discutiram a possibilidade de criação de um GT de gênero no âmbito da ANA. A preocupação inicial foi a de que ocorresse algo parecido com o que se passou no primeiro ENA, que todos que discutissem gênero fizessem parte desse grupo e os outros grupos não teriam, então, participação feminina. Decidiu-se por a solicitar à coordenação da ANA (formada no final do primeiro ENA) a formalização de um Grupo de Trabalho permanente (GT) para tratar das questões de gênero dentro da Articulação. Posteriormente, as mulheres integrantes perceberam que se configurava, na realidade, como um espaço de auto organização das mulheres da ANA (SILIPRANDI, 2009).

Nos 12 anos de trajetória (desde a criação em 2004 até o momento desta pesquisa em 2016), o grupo GT Mulheres da ANA tem construído reflexões a partir das mulheres na agroecologia, sobre a importância do empoderamento feminino e a importância do feminismo para que as mulheres mudem o quadro de desigualdades vivenciado por elas. O grupo também tem sido um espaço de incidência nas políticas públicas de maneira organizada, além de realizar uma sistematização do trabalho das mulheres na agroecologia. Essa sistematização envolvendo experiências da região Nordeste, Sul e Amazônica permitiu ao GT refletir acerca do papel das mulheres na agroecologia e sobre a agroecologia na vida das mulheres.

Como no primeiro ENA o total de mulheres participantes foi inferior a 30%, o GT mulheres da ANA também se mobilizou de modo que para os próximos encontros fosse estipulado uma cota de 50% de participante mulheres. No segundo ENA, em 2006 no Recife, essa cota foi cumprida, pois o evento alcançou a participação de 54% de homens e 46% de mulheres (ANA, 2006).

Já o terceiro ENA, realizado em maio de 2014, na cidade de Juazeiro - Bahia, contou com 2.100 participantes, de todos os estados brasileiros, portadores de diferentes identidades socioculturais. Novamente, o público majoritário foi de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Alcançou-se a participação paritária entre homens e mulheres, contando também com expressiva participação das juventudes (ANA, 2014).

A plenária das mulheres no terceiro Encontro Nacional de Agroecologia foi iniciada lembrando o assassinato de uma companheira de luta, assentada do norte do Rio de Janeiro. A intenção das mulheres, como relatado na carta “Sem Feminismo não há agroecologia! Carta das mulheres ao ENA”, foi denunciar a forma como a violência sexual e o assassinato de mulheres do campo são usadas para desestruturar as comunidades e abrir caminho para a ofensiva capitalista sobre os territórios. Na mesma, elas buscam reforçar a importância do feminismo na vida das mulheres e também do feminismo na agroecologia.

Então no terceiro ENA, a consigna “Sem feminismo não há agroecologia” apareceu mais forte. É importante ressaltar que ela não surgiu nesse encontro, mas foi a partir daí que ela se fortaleceu. Benedita relata isso de forma bem clara:

(...) foi bem forte assim, apareceu isso né, do feminismo com agroecologia, então, eu falo assim que teve um percurso né, entre gênero e agricultura familiar que era na verdade, categorias descritivas né, claro que são descritivas a partir de um ponto de vista, mas até a gente explicitar uma posição política de projeto de construção que tá no feminismo e agroecologia.[...] olha, eu, fiquei muito impressionada lá no ENA, porque assim, eu tava meio voltando, eu tava meio dessintonizada ali, quando apareceu essa ideia de colocar como lema do ENA “Sem feminismo não há agroecologia”, eu falei assim: “Nossa, será?” eu não sei, assim. Quando eu cheguei lá que eu vi a fala das mulheres na assembleia, era 50%, 30%, tinham umas 700 mulheres, uma plenária de 700 mulheres, a gente abriu o microfone as mulheres todas fizeram falas ótimas, muito feministas, muito posicionadas, então inclusive mulheres que tavam dando conta das coisas ali na hora né, então eu tenho a impressão de que é, no campo, assim, o controle sobre a vida das mulheres, o patriarcado é tão explícito assim, e as mulheres quando conseguem se libertar um pouco disso assim, de sair, elas tem uma, elas percebem muito rápido eu acho, é, então, elas estarem participando do movimento, elas terem um conhecimento né do feminismo, ter esses

instrumentos, conseguir trocar umas com as outras é um negócio que tem um efeito muito libertador pra elas né (...). (Benedita)

Figura 1: Foto - Plenária das Mulheres no III ENA.



Fonte: “Sem feminismo não há agroecologia! Cartas das Mulheres ao ENA.

Figura 2: Foto - Plenária das Mulheres no III ENA.



Fonte: <http://redeanaamazonia.blogspot.com.br/2014/05/>

Figura 3: Foto - Mosaico de sementes crioulas nativas. Plenária das Mulheres no III ENA.



Fonte: <http://redeanaamazonia.blogspot.com.br/2014/05/>

Figura 4: Foto - Rede de organizações de Mulheres. Plenária das mulheres no III ENA.



Fonte: <http://redeanaamazonia.blogspot.com.br/2014/05/>

Uma análise das cartas políticas dos ENAs nos permite compreender as mudanças e a evolução no debate de gênero no âmbito dos três eventos. Essas cartas são documentos confeccionados no final dos encontros onde são relatados os principais pontos discutidos e as conclusões a respeito disso.

Na primeira carta, ressalta-se “que a igualdade das relações entre homens e mulheres é condição essencial para o alcance da sustentabilidade da produção agroecológica familiar”. Nesses termos, afirma que sem igualdade de gênero não haverá produção agroecológica sustentável, sendo a igualdade essencial para que a agroecologia se concretize. Destaca-se também a questão do acesso a recursos hídricos como importante para consolidação da proposta agroecológica, apontando a “fundamental relevância da incorporação de gênero às orientações das políticas relacionadas ao acesso à água” (ANA, 2002).

Também se ressalta a necessidade de uma profunda reestruturação fundiária que leve em conta alguns preceitos, entre esses está “as relações sociais de gênero para garantir equidade do direito à terra” (ANA, 2002). Apesar de a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal estar prevista na Constituição de 1988, não haviam instrumentos

legais que a tornasse obrigatória. Assim, apesar de ser um direito constitucional, a implementação vinha ocorrendo de forma precária. Dessa forma, no título da terra constava apenas o nome do marido, dificultando à mulher ter acesso a financiamentos e assistência técnica, por exemplo. Com a portaria nº 981 de 02 de outubro de 2003, esse direito foi regulamentado. Isso garante à mulher a posse da terra, passo esse importante na busca da superação da pobreza e desigualdade de gênero no campo (MDA, 2005).

Nessa primeira Carta, apesar de reconhecer a importância da igualdade de gênero no tocante a sustentabilidade da produção agroecológica, percebe-se que não são citadas propostas de ação com o objetivo de reduzir as desigualdades e promover o empoderamento feminino. Nesse primeiro encontro não houve, por exemplo, a preocupação sequer com a paridade de gênero no tocante aos participantes do evento. Heloisa relata isso:

(...) a carta política do primeiro ENA, ela foi né, inclusive ela trazia elementos de gênero e tal, mas não teve esse cuidado na, na organização do evento (...). (Heloisa)

A Carta do segundo ENA é mais detalhada, ao mencionar gênero. Nesta carta, são apresentadas, principalmente, as conclusões oriundas dos debates realizados no encontro a respeito de temas que estão no centro das estratégias para a construção do modelo agroecológico. Ao todo são seis temas: direitos territoriais, reforma agrária e agroecologia; soberania e segurança alimentar e nutricional; conservação e uso dos recursos naturais e da biodiversidade; construção do conhecimento agroecológico; formas de financiamento e gestão social do desenvolvimento agroecológico e relação com os mercados. O enfoque de gênero aparece relacionado na totalidade dos temas.

Primeiramente, na parte introdutória, ressalta-se que as mulheres e organizações constituídas por elas têm participado ativamente da promoção da agroecologia. Nesse documento, pontua-se também que as mulheres e as organizações das quais elas fazem parte: chamam a atenção para a necessidade de valorização do trabalho feminino; criticam a hierarquização e fragmentação entre trabalho produtivo e reprodutivo; defendem o compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado da casa e da família e reafirmam o direito de serem reconhecidas como agricultoras, camponesas e agroextrativistas. Na carta afirma-se o compromisso que os participante do segundo ENA assumiram de continuar apoiando e participando da construção de um movimento agroecológico com igualdade de

gênero e se opondo a todas e quaisquer formas de manifestação de violência contra as mulheres.

No trecho dedicado a discussão do tema “direitos territoriais, reforma agrária e agroecologia”, é defendida a garantia efetiva ao exercício do direito das mulheres à terra nos assentamentos rurais, ou seja, à titulação conjunta da terra. Esse tema também aparece, como vimos, na Carta do primeiro encontro.

Quanto ao tema “soberania e segurança alimentar e nutricional”, defende-se a necessidade de valorizar o papel histórico da mulher na construção da agricultura e na garantia da segurança alimentar das famílias e da comunidade. Papel esse desde a produção e manejo dos recursos naturais, a promoção da saúde, o beneficiamento e a comercialização de alimentos e como detentoras do patrimônio culinário do país. Afirmando que essa valorização deve ser traduzida em políticas de empoderamento e autonomia das mulheres, gerando renda, distribuindo terra e os meios necessários para a garantia da segurança alimentar.

No tema “conservação e uso dos recursos naturais e da biodiversidade” defende-se a necessidade de que a sociedade reconheça e valorize o papel desempenhado pelas mulheres como experimentadoras e guardiãs da biodiversidade. Quanto a esse tema, na carta também se defende que as mulheres lutam contra o cerceamento da natureza e a biopirataria, para ter acesso à água, à lenha, aos babaçuais e a outras plantas de onde retiram frutos fundamentais para a alimentação das famílias e a provisão de fibras para o artesanato.

Nas conclusões acerca da “Construção do conhecimento agroecológico”, na Carta aponta-se que o reconhecimento do papel das mulheres e suas organizações como ativadoras de dinâmicas de inovação agroecológica se traduz também em seu reconhecimento social e político, favorecendo novas relações entre homens e mulheres no âmbito das famílias e das comunidades. Traz também que se deve valorizar as diferentes estratégias das organizações para abordar a discussão de gênero.

Na Carta destaca-se, no tema “Formas de financiamento e gestão social do desenvolvimento agroecológico”, que apesar da criação recente da modalidade Pronaf Mulher, as trabalhadoras do campo enfrentam obstáculos para acesso a recursos de crédito. Dificuldades semelhantes são encontradas nos mecanismos de financiamento geridos por organizações da sociedade e movimentos sociais. Essas restrições de acesso ao crédito são de variadas fontes: desde a discriminação até dificuldades para transformar as propostas das mulheres na linguagem de projetos e sua aceitação pelos bancos. A carta também traz que as

mulheres reivindicam crédito para produzir com autonomia e valorizam o uso coletivo do recurso, uma vez que se sentem mais fortalecidas para concretizar as suas propostas. Ainda quanto ao mesmo tema, são formuladas propostas voltadas às atuais políticas de financiamento da produção familiar agroecológica, entre elas está a Reformulação do Pronaf - Mulher de modo a assegurar o acesso independente pelas mulheres, individualmente ou através de coletivos de trabalhadoras.

Nas conclusões acerca do tema “Relação com os mercados”, afirma-se a importância das mulheres nas feiras agroecológicas e outras modalidades de comercialização local, não apenas comercializando alimentos, como também falando acerca do seu valor nutricional. Apesar disso, afirma-se que ainda existe preconceito por parte das famílias e sociedade para o exercício dessa atividade por mulheres e, como resultado seus produtos muitas vezes têm valor mais baixo, somando-se a isso o fato de o artesanato não ser considerado um produto da agricultura familiar pelo conjunto dos programas de políticas públicas.

Assim, a segunda Carta, diferente da primeira, traz a interseccionalidade de gênero com os temas que são prioritários para o desenvolvimento da agroecologia. Ocorre assim, um avanço na abordagem do tema, da primeira carta onde isso fica mais superficial, ressaltando a necessidade da participação feminina, para a segunda onde tem-se uma preocupação maior em incluir esse debate nos demais. Isso se deve, principalmente, às reivindicações e mobilizações realizadas pelas mulheres para que gênero fosse contemplado nas discussões.

A carta do terceiro ENA traz conclusões e proposições relacionadas a quatorze temas que mobilizaram o esforço coletivo de reflexão realizado no evento. Em sete desses temas a questão de gênero aparece. Na parte introdutória, como já citado anteriormente, ressaltasse a importância de se ter alcançado a participação paritária entre homens e mulheres.

Ainda no início da carta, menciona-se que a agroecologia vem sendo cada vez mais compreendida e assumida por crescentes setores da sociedade brasileira que encontram também na agroecologia respostas concretas para seus desafios imediatos. Isso tem proporcionado o encontro do movimento pela agroecologia com outros movimentos sociais que militam pela democratização pela sustentabilidade da sociedade, tais como a soberania e segurança alimentar e nutricional, a saúde coletiva, a justiça ambiental, a economia solidária e os movimentos feministas.

Novamente, ressaltamos o encontro do feminismo e outros movimentos sociais no seio das articulações globais de países na moldura Sul-Sul de que trata Matos (2010). O encontro

do movimento pela agroecologia com os movimentos feministas, foco desse estudo, fica bem evidente nesse ENA. A carta menciona justamente que as mulheres, fortalecidas nos processos de auto-organização e atuando em diversos movimentos e redes, reunidas no ENA reafirmam o lema “Sem feminismo não há agroecologia”. Isto porque elas entendem que a construção da agroecologia precisa ser pautada em uma visão ética de justiça social e ambiental. Para isso, é necessário a garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social e política em suas comunidades, assim como a garantia do acesso à terra, à água, às sementes assim como às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade.

No primeiro tema abordado pela carta, “Reforma agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais”, reafirma-se a importância de se conquistar instrumentos que garantam a titulação conjunta da terra e a revisão dos títulos anteriores com a obrigatoriedade da titulação conjunta. Ressaltando que no caso dos títulos coletivos, as mulheres devem ser incluídas como associadas. No tema “Agrotóxico e seus impactos na saúde”, ressalta-se os casos de intoxicação por agrotóxico, de câncer, de suicídios, de alteração hormonal das mulheres e de desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de vários outros impactos na saúde que produzem muito sofrimento.

Com relação a “Gestão das águas”, propõe-se o desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas às características de cada bioma, com a participação ativa das mulheres, de forma a diminuir a sobrecarga de trabalho sobre elas. No tema “Abastecimento e construção social de mercados”, reafirma-se a contribuição estratégica das mulheres para o abastecimento alimentar.

Em “Normas sanitárias: pra que e para quem?”, é discutido como as atuais normas sanitárias são inadequadas ao modo de produção de base artesanal e familiar e como essas normas vêm se constituindo como uma das principais barreiras para o acesso da agricultura familiar aos mercados formais. Principalmente para as mulheres, o que acontece é que parte considerável da produção delas, como ovos, galinhas caipira, derivados de leite, polpas de frutas e panifícios, é excluída desses mercados.

No tema “Financiamento e agroecologia” aponta-se a necessidade de reconhecimento dos projetos e da organização produtiva das mulheres, que deve se traduzir em condições objetivas para o acesso a linhas de crédito e fomento que incluam os quintais produtivos e a produção para o autoconsumo, que se reverte em renda familiar. Nesse mesmo tema,

menciona-se que em debates, jovens mulheres têm relatado dificuldades de acesso à linhas de crédito e fomento, que tornem possível a realização, com autonomia, de projetos de vida e de produção agroecológica. Suas lutas nesse sentido desafiam entraves de ordem institucional e vencem obstáculos socioculturais, reconfigurando as relações de gênero e geração no âmbito da família e da comunidade.

Com relação ao tema “Plantas medicinais”, a carta afirma que mulheres de comunidades e assentamentos de todas as regiões do Brasil lutam para resgatar e ressignificar seus conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais, conhecimentos esses que vêm sendo ameaçados. Esses saberes, secularmente construídos, e repassados de geração em geração, estão correndo o risco de desaparecer. Ainda nesses tema, a Carta traz que a luta das mulheres, a partir da perspectiva feminista e agroecológica, fortalece a organização e as experiências que buscam promover, a partir de uma alimentação saudável e diversificada, a saúde integral, entendendo o ser humano como parte do ambiente em que vive.

No tema “Comunicando um Brasil agroecológico”, a Carta aborda a questão do perverso sistema de comunicação dominante, que legitima ideologicamente os padrões de desenvolvimento geradores de desigualdades sociais, da concentração de riquezas e dos meios de produção, da destruição ambiental, que massacram nossa sociedade, em especial mulheres, jovens, negros e os povos e populações tradicionais. Aponta também que nas discussões de política e economia esses sujeitos políticos são frequentemente discriminados.

A carta do terceiro ENA ressalta que as mulheres participaram ativamente e reafirmaram a importância do feminismo na agroecologia. Ela também traz a interseccionalidade de gênero com os temas que são prioritários para o desenvolvimento da agroecologia, ressaltando assim a necessidade não apenas de uma inclusão feminina em termos numéricos, mas sim de um real empoderamento.

Os eventos iniciais lá em 1996 foram o pontapé inicial para o que viria a ser o debate de feminismo na agroecologia. Posteriormente, no âmbito da rede PTA, com o GT gênero dessa rede, o debate do feminismo na agroecologia se fortalece. A análise das entrevistas sugere que o grupo de trabalho Mulheres da ANA tem se configurado como um ambiente importante de discussão do feminismo na agroecologia, fortalecendo esse debate e procurando influenciar as políticas públicas de modo que sejam elaborados com o enfoque de gênero.

Lugones (2014) postula que ver mulheres não brancas é ir além da lógica categorial da modernidade. Podemos acrescentar que ver mulheres na agroecologia também. Os grupos,

associações e coletivos de mulheres são exemplos de organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica, tal como trata Lugones (2014). Justamente porque criticam o uso da categoria homogênea, atômica e separável “Mulher” e reivindicam a intersecção de raça, classe e sexualidade. Porém vão além disso, os conhecimentos, as relações e valores, as práticas ecológicas, econômicas e espirituais desenvolvidas por elas são constituídos em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica e “categorial”.

Podemos identificar no movimento do feminismo na agroecologia padrões do feminismo transnacional de que trata Matos (2010). Primeiro porque é um movimento que está atento as intersecções entre raça, gênero, sexualidade e exploração econômica. Segundo, como as entrevistadas apontam, é um movimento de luta contra o neoliberalismo e focado na busca de maior justiça social. Podemos classificá-lo assim de altermundialista, ou seja, movimento que luta por “um outro mundo”.

Com esse tópico dos resultados procuramos realizar um resgate da trajetória do debate feminista no campo agrológico, criando um contexto para as discussões a seguir. É importante entender como esse debate surgiu e os avanços que teve ao longo do tempo para que possamos entender o significado dessa aproximação entre feminismo e agroecologia bem como as lutas feministas nesse campo.

4.2 Significado da aproximação feminismo e agroecologia

Aqui a intenção é discutir, na visão das entrevistadas, como o movimento feminista contribui para o debate agroecológico e vice-versa. Em outras palavras, qual a relação que se estabelece entre o movimento feminista e o movimento agroecológico. Existem semelhanças na pauta dos dois movimento. Ambos são movimentos contra-hegemônicos e anticapitalistas. Fontoura e Naves (2016, p.02) apontam que o movimento agroecológico se configura como uma forte oposição ao agronegócio, justamente por esse último ser “altamente dependente de capital estrangeiro, possuir foco na industrialização do campo por meio da monocultura, da adoção da biotecnologia, da alta mecanização, além de ser um modelo altamente hierarquizado e masculino”. Isso faz do agronegócio, um modelo muito injusto para as mulheres. O movimento feminista por sua vez, como afirma Matos (2010) tem em sua quarta onda um novo foco de atuação, a luta anticapitalista.

Heloisa aborda essa questão:

(...) acho que algumas mulheres do movimento agroecológico vão para o movimento feminista e começam a perceber muitas semelhanças inclusive na pauta dos dois movimentos, porque os dois movimentos são movimentos antisistêmicos né, tanto a agroecologia como o feminismo é, se opõem ao sistema, que é o vigente, é, são os dois, os dois movimentos são movimentos anticapitalistas né, e, a gente percebeu que o modelo de produção do agronegócio que é o modelo ao qual se opõe a agroecologia, o movimento agroecológico, ele, ele é muito mais, ele é muito mais duro para as mulheres, o agronegócio ele é muito pior para as mulheres do que a agroecologia. (Heloisa)

A luta anticapitalista e radicalizada de que trata Matos (2010) é essencial para que se possa mudar essa situação. A divisão sexual hierarquizada, entre “produção” e “reprodução” é uma estrutura determinante da sociedade capitalista e grande causa das assimetrias de gênero. Nessa divisão, o chamado trabalho “produtivo”, historicamente remunerado, é associado ao homem enquanto o trabalho dito “reprodutivo”, com tarefas ligadas ao “cuidado”, historicamente não remunerado, é associado às mulheres. Para Fazer (2015) não é possível a emancipação das mulheres enquanto essa estrutura permanecer inalterada. Uma das contribuições do feminismo é, então, questionar e romper com essa estrutura. Assim, tanto o movimento feminista quanto o agroecológico têm a luta anticapitalista como uma de suas pautas, se não a principal.

O uso do slogan “Sem feminismo não há agroecologia” deixa transparecer muito do papel que o feminismo tem na agroecologia, da importância do feminismo para o campo agroecológico. A agroecologia, como afirma Wezel et al. (2009), leva em consideração não somente os aspectos de produção e proteção de culturas mas também outras dimensões, como questões ambientais, sociais, econômicas, éticas e de desenvolvimento. Assim, a agroecologia não pode ser um modelo sustentável e justo, não somente do ponto de vista ambiental como também social, se não abarcar as questões de gênero. É necessário mudar não apenas as técnicas produtivas, o modo de se fazer agricultura, mas mudar, sobretudo, as relações sociais desiguais e opressivas entre homens e mulheres no campo e nas cidades.

Então, porque sem feminismo não há agroecologia, então, porque assim, a agroecologia de fato como a gente prega, de ser uma, um modelo justo, um modelo sustentável se ele não olhar para a condição é, muitas vezes que as mulheres estão vivendo, de menos autonomia, submetidas a violência, de

exclusão por exemplo das decisões importantes na, na unidade familiar, se a gente não enfrenta isso, a gente de fato não consolida a agroecologia como um modelo hegemônico, porque assim, são coisas incompatíveis né, é, enquanto a gente não romper com esse machismo também a gente não consegue é, não consegue fazer com que a agroecologia cresça, porque a gente não vi ter um modelo só de homens (...). (Heloisa)

Figura 5: Foto - Plenária das Mulheres no III ENA.



Fonte: <http://redeanaamazonia.blogspot.com.br/2014/05/plenaria-das-mulheres.html>

Assim, para que a agroecologia seja, de fato, um modelo que se contraponha a lógica do agronegócio é indispensável que ela pautar a questão do feminismo, ou seja, que as demandas das mulheres sejam reconhecidas, que elas sejam reconhecidas enquanto sujeitos. Não se trata apenas de reconhecer as posições ocupadas por homens e mulheres na sociedade, é preciso ir além, questionar e combater a opressão das mulheres pelos homens. Nas palavras da Benedita “(...) o feminismo traz muito essa, o que a gente descreve no documento lá do ENA, essa ideia radical de que as mulheres são gente”. Isso porque, de acordo com Lugones (2014) mulheres colonizadas não são mulheres, a hierarquia dicotômica entre humano e não humano, dicotomia central da modernidade colonial, tornou-se a marca do humano e a marca da civilização, assim, só os civilizados são homens ou mulheres. Esse processo de desumanização das pessoas torna as mulheres colonizadas em não-mulheres. O sistema de

gênero é não só hierárquica mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas (LUGONES, 2014).

O olhar feminista sobre o trabalho de promoção da agroecologia dá visibilidade ao papel das mulheres, reconhecendo que o trabalho doméstico é trabalho e também reconhecendo o papel da mulher na esfera da produção. Em outras palavras, o feminismo contribui para mostrar que todo trabalho é produtivo, tanto o realizado na esfera doméstica quanto na produção destinada à venda. Quando a mulher trabalha junto com o marido, o trabalho dela muitas vezes é considerado uma ajuda ao trabalho executado por ele. O reconhecimento dado pelo olhar feminista é um passo importante na medida em que questiona a divisão sexual hierarquizada entre “produtivo” e “reprodutivo”, de que trata Fazer (2015), demonstrado que o trabalho exercido pelas mulheres na esfera doméstica também é produtivo, apesar de não ser remunerado.

Ah, porque assim, visivelmente a agroecologia ela, ela reconhece mais as mulheres né, ela oferece mais oportunidades para as mulheres, tanto na história da autonomia como na geração da sua própria renda, como né, assim, dando visibilidade ao trabalho que elas fazem, valorizando o trabalho que elas fazem né e outra coisa, as mulheres eu acho que tem uma coisa que eu acho que é importante, muito da iniciativa da transição agroecológica vem a partir das mulheres. (Heloisa)

Analisando as entrevistas, percebe-se que uma das contribuições das mulheres para o movimento agroecológico é justamente levar a pauta do feminismo. Na coordenação da ANA por exemplo, inicialmente somente uma mulher participava. Em 2016, ano de realização das entrevistas, a realidade era bem diferente, várias mulheres já participavam da plenária nacional e do núcleo executivo. As questões de gênero passaram a ser introduzidas com maior facilidade na coordenação. As mulheres passaram então, a ter acesso a instâncias de poder dentro de uma organização importante do campo agroecológico como a ANA. Com uma participação feminina maior, com mulheres que são do movimento feminista, é possível uma maior sensibilidade com relação às reivindicações das mulheres, influenciando inclusive em políticas públicas voltadas para o campo agroecológico.

A agroecologia tem sido discutida também dentro do movimento feminista. Por meio de uma aliança internacional entre a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina tem sido possível realizar debates sobre temas ambientais com a abordagem feminista. Na Marcha as mulheres estão lutando contra a violência, contra o patriarcado, contra a exclusão das

mulheres dos espaços de decisão, dos espaços políticos, contra a divisão sexual do trabalho mas também pela agroecologia e segurança alimentar.

A partir daí, ocorre uma aproximação da Marcha com a ANA, inclusive com participação nos espaços de coordenação nacional da Articulação e também no GT Mulheres da ANA. A SOF, por exemplo, uma organização feminista, em outubro de 2016, estava executando Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres em São Paulo, atuando principalmente no Vale do Ribeira, criaram inclusive um espaço de comercialização, chamado de Quitandoca. Assim, passou a ter organizações feministas trabalhando com agroecologia. Esse é um dos resultados da aproximação desses dois movimentos. Matos (2010) aponta a MMM como um exemplo de uma instituição do feminismo transnacional, que se alinha a uma agenda radical anticapitalista e antipatricarcal.

(...) na Marcha Mundial das Mulheres a gente tem uma aliança com a Via Campesina, aliança técnica internacional, então a gente pode fazer esse processo internacionalmente, esse debate internacionalmente. A gente organizou um Fórum de Soberania Alimentar no Mali, e aí lá a Marcha Mundial das Mulheres tava bastante presente, então a gente também conseguiu colocar, o tema do feminismo lá né, e aí eu acho que as coisas vão se alimentando entre o internacional e o nacional, o local, os movimentos são os mesmos e as coisas vão se confluindo. (Benedita)

Figura 6: Foto - Militantes da MMM e do GT Mulheres da ANA no III ENA.



Fonte: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/05/17/agroecologia-em-marcha-feminismo-no-terceiro-encontro-nacional-de-agroecologia/>

Apesar dessa interação entre o feminismo e o movimento agroecológico, a relação ainda é tensa e, às vezes, conflituosa. Matos (2010) ressalta justamente que a quarta onda do feminismo brasileiro e latino-americano traz consigo os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e também construção de diálogo intercultural e intermovimentos com esforços intencionais para estender o feminismo a outros movimentos sociais.

Com esse tópico buscamos esclarecer, a partir da visão das mulheres que fazem parte da coordenação da ANA e da ABA, instâncias de organização da agroecologia no Brasil, a relação entre o feminismo e a agroecologia. Com base nas entrevistas podemos dizer que o feminismo na agroecologia trata-se de as mulheres terem a liberdade e autonomia para ensinarem o que sabem, trocar experiências e conhecimento, terem visibilidade na agricultura familiar agroecológica e terem o seu papel na agroecologia reconhecido. É também poder participar de espaços de decisão, de poder apresentar suas experiências, de dizer o que

pensam, de serem sujeitos, de serem mulheres, o que lhes foi negado pela colonialidade do gênero.

4.3 Lutas feministas na agroecologia

Lugones (2014) denuncia a imposição colonial moderna de um sistema de gênero opressivo, racialmente diferenciado, permeado pela lógica moderna da dicotomização que coloca a mulher colonizada como inferior, subordinada até mesmo ao homem colonizado. Ela ressalta que essa lógica categorial dicotômica e hierarquia é central para o pensamento capitalista e colonial sobre gênero, raça e sexualidade. Em outras palavras, a partir do momento que se dicotomiza e hierarquiza gênero, raça e sexualidade, os indivíduos ditos inferiores ou subalternos podem ser explorados justamente por serem classificados como inferiores. É possível identificar na fala das entrevistadas fatos e acontecimentos que mostram como se configura essa subalternidade da mulher.

Apesar desse contexto, Lugones (2014) salienta que não se deve pensar o sistema global capitalista como exitoso na destruição dos povos, relações, saberes e economias, uma vez que há uma resistência constante a esses processos. Assim, as mulheres tem elaborado resistência para superar essa subalternidade que lhes é imposta pela colonialidade.

A seguir discutiremos então um pouco das desigualdades enfrentadas pelas mulheres bem como as lutas que elas têm travado na tentativa de superação desse quadro. Como afirma García (1999), devemos ir além de enfatizar o efeito das construções ideológicas nas relações de gênero e nas formas de ação em relação ao meio ambiente. Devemos então analisar as bases materiais que são subjacentes a estas construções, ou seja, analisar a divisão sexual do trabalho e da propriedade, a distribuição de poder baseada em gênero, por exemplo.

A rígida divisão sexual do trabalho se configura como um dos fatores que impede as mulheres de participarem dos espaços de poder (SILIPRANDI, 2015). Essa divisão, onde todo o trabalho doméstico fica para as mulheres, faz com que elas tenham dificuldades enormes de participar de coletivos e de eventos onde possam apresentar suas experiências. Isso porque elas enfrentam uma dupla jornada de trabalho, executando tarefas no roçado e em casa, não sobrando tempo para participar de reuniões e coletivos de mulheres. O que ocorre, muitas vezes, é que os homens passam então a representá-las nos eventos, mesmo que elas sejam as responsáveis pela experiência agroecológica. Então, mesmo que, como afirma Siliprandi

(2015), as mulheres sejam responsáveis, muitas das vezes, por iniciar a conversão da propriedade para a agroecologia, quando essas experiências começam a dar certo são eles que tomam a frente.

(...) essa realidade de ausência das mulheres, por exemplo dos espaços públicos, principalmente dos espaços da agricultura familiar que eu estava trabalhando né, a situação de subordinação das mulheres né, essa divisão sexual do trabalho injusta, onde todo trabalho doméstico fique para as mulheres né, então assim, os depoimentos muito duros né, porque foram feitas entrevistas, entrevistaram várias mulheres e eu vi uns depoimentos duros, duros mesmo, de uma mulher que dizia assim olha “eu rezo todos os dias pro meu marido morrer”, assim, entendeu? (...). (Heloisa)

Como afirma Castro e Machado (2016), a luta do feminismo também deve ser contra o patriarcado, ou seja, contra um sistema de dominação baseado na divisão do trabalho e na divisão sexual do trabalho da sociedade de classes. O capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais, aprofundando a divisão sexual do trabalho, fortalecendo uma divisão de tarefas entre uma esfera pública e outra privada, sendo a primeira considerada como o lugar onde se dá a produção e a segunda, a reprodução. Por isso a luta anticapitalista de que trata Matos (2010) é tão importante.

O patriarcado enquanto regime de poder que institui o homem branco heteronormativo como regra, atribui ao homem o poder sobre todas as coisas, incluindo as mulheres e as crianças (CASTRO; MACHADO, 2016). Os homens exercem, assim, o controle sobre a vida das mulheres, à eles é dado o direito de decidir sobre a vida delas. Essa subordinação feminina se intensifica com a colonialidade, ao se estabelecer, segundo Grosfoguel (2008), uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos (GROSGOQUEL, 2008).

(...) tem essa coisa da desqualificação do conhecimento das mulheres, é, do controle sobre o tempo delas, da enorme sobrecarga de trabalho, dessa ideia de que ela não é um sujeito próprio, mas que a vida dela é em função do outro e da família, é assim, teve um dia numa oficina uma agricultora usou uma imagem assim que eu achei tão forte que eu falei assim nossa, que ela disse, a gente tava conversando como que é difícil para as mulheres irem numa reunião assim, todo o exercício que a gente tem que conseguir fazer pra que ela vá na reunião e pra que ela volte né, daí a mulher falou assim “Não porque essas mulheres igual aqueles cachorros”, sabe aqueles cachorros que ficam amarrado na corrente que vai correndo assim e sente a coleira puxando assim, só vê aquele tamanho daquela corrente assim, eu

achei uma imagem muito forte do que é o controle sobre as mulheres né (...).
(Benedita)

A análise das entrevistas demonstra também a existência de uma desvalorização do conhecimento das mulheres agricultoras. Os maridos, muitas das vezes, não levam a sério quando as mulheres começam a experimentar práticas agroecológicas na propriedade. Os piores espaços de cultivo são destinados a elas. Há casos em que homens jogam agrotóxico em cultivos agroecológicos realizados por elas. Isso ocorre, pois, como traz Lugones (2014), os conhecimentos, as relações e valores, as práticas ecológicas, econômicas e espirituais desenvolvidas pelas mulheres são constituídos em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica e “categorial”. Por estar em oposição a essa lógica é que essas mulheres enfrentam tanta oposição dos maridos. Mas, não apenas dos maridos, a comunidade, a família, o governo e a sociedade não reconhecem esse conhecimento em função da epistemologia que domina nossas sociedades. Assim, as lutas feministas também buscam resgatar conhecimentos e saberes secularmente construídos e repassados de geração em geração, principalmente pelas mulheres (ANA, 2014).

(...) Então, a gente percebe aí que, né, as mulheres tem um trabalho muito forte realizado as vezes nos quintais ou nos espaços né, é, que elas não podem ou as experiências delas estão nos quintais, fortemente nos quintais, ou se elas vão pra outra parte da propriedade, geralmente elas estão nas partes menos nobres, porque elas ficam com o que sobra, né (...). (Heloisa)

(...) Outra coisa que a gente vê demais é essa negócio dos, das mulheres tarem fazendo uma transição agroecológica por exemplo, se livrando do veneno e vem o marido lá e passa Roundup mesmo, é duro né. (Benedita)

A epistemologia dominante em nossa sociedade é sediada no Norte e a perspectiva decolonial lança luz sobre a necessidade de se construir conhecimentos distantes do Norte global. Isso porque, com a colonização, instaura-se nas Américas hierarquias globais, entre as quais uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais relativamente ao conhecimento e às cosmologias não-ocidentais e uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas exclusivamente como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria (GROSFOGUEL, 2008). Segato (2012), afirma que a nossa sociedade é dominada, então, pela

episteme da colonialidade. Assim, conhecimentos diferentes daqueles produzidos pela chave ocidental não são considerados conhecimentos, mas sim folclore ou cultura. Isso nos ajuda a entender porque os conhecimentos produzidos pelas mulheres na agroecologia não são valorizados.

A opressão também se manifesta por meio do controle sobre o tempo das mulheres, devido, em grande parte, a divisão sexual do trabalho que faz com que as mulheres tenham uma dupla jornada. Assim, muitas vezes, as mulheres se veem impossibilitadas de ir a reuniões, eventos e coletivos porque não sobra tempo para isso. Em muitos casos os maridos não proíbem diretamente a participação das mulheres em instâncias de debate ou organização, mas só podem ir depois de realizar todas as tarefas domésticas e trabalhar no roçado junto com o companheiro, no final das contas elas não conseguem conciliar tudo.

(...) no movimento sindical por exemplo que tem uma, tem muitas barreiras, muitas restrições para que as mulheres é, mais velhas, com filhos e tal, estejam participando né, por que tem essa coisa muito forte do controle sobre o tempo das mulheres, do tipo, você só pode, aquela coisa da, da gata borralheira né, você pode ir no baile depois de ter lavado a roupa, posto a lenha, limpado a casa né, você pode ir na reunião se você tiver feito tudo isso né. (Benedita)

As mulheres também enfrentam situações de violência no âmbito doméstico. As mulheres da plenária Nacional do terceiro ENA denunciaram essa situação, denunciaram a forma como a violência sexual e o assassinato de mulheres do campo são usadas para desestruturar as comunidades e abrir caminho para a ofensiva capitalista sobre os territórios (ENA, 2014). Essa é uma dura realidade da sociedade brasileira pois a cada cinco minutos uma mulher é agredida, somente no período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios, o que equivale a, aproximadamente, cinco mil mortes por ano (GARCIA et al., 2013).

(...) também na história da violência, porque também esse é um outro debate que a gente fez bastante, ou seja, é impossível agroecologia com violência, né, então, se é violento não é agroecológico, então assim, uma coisa que a gente ainda tá construindo (...) Então tinha um lema até muito das meninas do Rio Grande do Norte né, que diz assim “a agroecologia não pode ser irrigada com o sangue das mulheres” né, isso não é agroecológico, a violência não é agroecológica, não é solidária né, é, então não é sustentável, né. (Heloisa)

A violência tem a ver com o controle dos corpos das mulheres exercido pela colonialidade. Quijano (2005) nos ajuda a entender isso ao se estabelecer a relação mulher/natureza. Para esse autor, o poder colonial ao impor um dualismo entre corpo e não corpo, humano e não humano resultou que o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. Ser relacionado com a natureza é ser colocado como inferior na hierarquia colonial, as mulheres colonizadas foram colocadas como inferiores, passíveis de serem exploradas, não tendo domínio sobre o próprio corpo.

As lutas feministas na agroecologia e no campo de uma forma geral, buscam mudar essa situação de subalternidade vivenciada pelas mulheres, dando mais liberdade e autonomia para elas. Segundo Siliprandi (2015), essas lutas também têm como foco reconfigurar as relações de gênero no âmbito da família e da sociedade. Na análise das entrevistas, percebe-se o reconhecimento da agroecologia como um modelo mais justo para as mulheres. Apesar disso, como vimos, as desigualdades de gênero também estão fortemente presentes nas experiências agroecológicas. Por isso, as mulheres precisam exercer resistência para que possam conquistar espaços de poder que são historicamente ocupados, quase que exclusivamente, por homens. Diversas lutas foram e são necessárias para enfrentar ofensivas machistas e conquistar esses espaços. A seguir analisaremos alguns momentos citados pelas entrevistadas onde as mulheres do movimento agroecológico tiveram que elaborar resistência com o objetivo de conquistar direitos bem como rebater ofensivas que desqualificavam o debate feminista na agroecologia.

Um primeiro momento de luta foi durante o primeiro ENA, realizado no Rio de Janeiro, em 2002. As mulheres correspondiam a uma parcela menor que 30% do total de participantes do evento, enquanto no campo elas são responsáveis por mais da metade das experiências agroecológicas. A partir da organização das mulheres a ANA estipulou que a partir do segundo ENA haveria uma conta de no mínimo 50% de mulheres. Heloisa relata isso no seguinte trecho:

(...) desde o II Encontro Nacional de Agroecologia, que eu falei que o primeiro tinha menos de 30% de mulheres, a gente conseguiu que, que a ANA estipulasse uma conta de 50%, porque a gente dizia assim, olha não é justo que tenha menos de 30% de mulheres porque 50% das experiências agroecológicas são das mulheres. Porque assim né, a base das experiências

agroecológicas no Brasil é a agricultura familiar, não tem agricultura familiar sem mulher (...). (Heloisa)

Outra luta foi a elaboração de uma carta política em resposta a uma declaração machista de um agente importante do movimento agroecológico, reconhecido, inclusive, por ter produzido escritos relevantes sobre agroecologia. Esse agente, na ocasião, por meio de uma mensagem eletrônica, comentou seu incomodo com a livre utilização com que o termo agroecologia tem sido usado no Brasil e defendeu que deveria se ter mais vigilância epistemológica. Ele utilizou o argumento de que “se defendermos que a Agroecologia tem suas bases nas culturas indígenas e no campesinato (historicamente patriarcal e capitalista), a frase não existe agroecologia sem feminismo não se sustentaria”. As mulheres que participam do movimento agroecológico responderam a esse posicionamento numa carta, criticando e questionando se a agroecologia deseja continuar cega ao que acontece no campo e na sociedade em relação às mulheres ou se será coerente com seus propósitos de redesenhar os agroecossistemas levando em consideração todas as dimensões, incluindo a de gênero.

Grosfoguel (2008, p. 04) nos ajuda a entender essa questão, para ele “o fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa necessariamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno”. Justamente porque levar os sujeitos socialmente situados do lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles situados em posições dominantes é o êxito do sistema-mundo colonial/moderno. Essa ofensiva machista desse agente que está situado socialmente do lado oprimido demonstra como ele pensa epistemicamente como aqueles situados em posições dominantes. Ele não consegue perceber a importância de se mudar as hierarquias de gênero que o poder colonial impôs. Na agricultura familiar e no campesinato persiste a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, que para Fazer (2015) é central para o capitalismo, questionar isso e ressaltar que todo trabalho é produtivo, é uma proposta decolonial, que visa romper com essa separação dicotômica que coloca a mulher como responsável pelo trabalho doméstico, tido como inferior. Pensar diferente disso e achar natural que a agroecologia seja machista é pensar epistemicamente do lado dominante do sistema-mundo colonial/moderno.

Apesar dessa ofensiva, esse agente, em trabalhos acadêmicos, reconhece a existência das desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus (da agroecologia) programas de pesquisa e propostas de intervenção (SILIPRANDI, 2015).

Inicialmente, causa estranheza que ao postular a consigna “Sem Feminismo não há Agroecologia” ocorra esse tipo de enfrentamento dentro do movimento agroecológico, haja vista que desde o primeiro ENA e em textos de alguns atores reconhecidos no âmbito do movimento, a questão da igualdade de gênero aparece como um dos preceitos necessários para o desenvolvimento da produção agroecológica familiar sustentável. Aparentemente, muitos defendem apenas uma incorporação técnica de gênero, ou seja, apenas que tenham mulheres participando em questão de números, mas não que os aportes teóricos do feminismo, que permitem questionar as desigualdades e opressões de gênero e lutar pelo empoderamento feminino, sejam aceitos, justamente por terem como objetivo colocar as mulheres em espaços de poder, ameaçando a hegemonia masculina nesse espaços. A fala de Benedita é ilustrativa sobre essa questão:

(...) o feminismo é uma palavra tão carregada né, do seu sujeito político de transformação, é uma palavra tão política né, então como se isso colocasse, se juntar com agroecologia tira a pureza da ciência né, então, acho que era justo naquele momento de querer delimitar o que é a ciência da agroecologia, bem naquele momento que começa a ter recursos pra agroecologia, que você quer deixar aquela palavra pura e limpa aí vem esse sujeito político feminismo sujando (...). (Benedita)

Outro momento de resistência foi durante a primeira Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, ocorrida em 2011, onde as mulheres se mobilizaram para que a chamada pública de ATER-Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA fosse publicada com pelo menos 50% de atendimento às mulheres e 30% dos recursos específicos de ATER para mulheres e 30% das técnicas mulheres, em toda a ATER no Brasil. Essa luta foi comprada pelo próprio GT Mulheres da ANA e pelos movimentos articulados no GT. Houve enfrentamento dentro da própria ANA contra essa proposta, bem como de alguns agentes importantes do movimento agroecológico. Foi necessário elaborar uma carta política, tornar pública esse resistência para que a demanda das mulheres fosse incorporada na proposta. Graças a essa resistência, a chamada pública da ATER-Agroecologia, ocorrida em 2013, saiu exatamente como as mulheres reivindicaram. A fala de Heloisa relata um pouco disso:

(...) Então nós fizemos algumas lutas, inclusive muito importantes, como a do 50% de ATER para mulheres né, que isso, foi uma luta né, do GT mesmo, comprada pelos movimentos que estão articulados no GT e assim,

em debate com o governo e com nossas próprias organizações. Por exemplo, a gente tem enfrentamento dentro da própria ANA em relação a essa proposta nossa, bom, e também, né, incidência na própria subcomissão temática de mulheres né, na diretoria de mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário né, então foram bastantes espaços de incidência (...). (Heloisa)

Com a discussão realizada nesse tópico procuramos demonstrar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres na agroecologia e o quadro de subordinação que estão enfrentando de forma ativa. Apesar desse quadro vivenciado por elas, como afirma Siliprandi (2015), as mulheres na agroecologia estão demonstrando com sua própria ação que é possível resistir, denunciar e organizar-se, construindo-se enquanto sujeitos, que não se conformam com o destino “injusto e amargo” reservado por elas no patriarcado. Elas têm travado lutas por participação, contra a violência, por políticas públicas que abarquem suas demandas, para serem ouvidas, entre outras tantas. Essas lutas tem sido construídas principalmente por meio da organização em coletivos, junto com outras companheiras de luta.

Os quadros a seguir sintetizam as principais conquistas alcançadas pelas mulheres no campo agroecológico. O primeiro quadro elenca as principais políticas públicas nas quais o GT Mulheres da Ana conquistou benefícios para as mulheres. A tabela três faz um comparativo entre as principais demandas e conquistas que as mulheres obtiveram com o feminismo na agroecologia, trazendo também as estratégias de mobilização adotadas.

Figura 7: Quadro - Principais políticas nas quais o GT Mulheres da ANA conquistou benefícios para as mulheres.

Conquistas nas Políticas Públicas do Campo Agroecológico
Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater Agroecologia.
Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, instituída pelo Decreto nº 7.794 de 20 de Agosto de 2012.
Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, também conhecido como Brasil Agroecológico.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Mulher.
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Reforma Agrária.

Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 8: Quadro - Principais demandas, estratégias e conquistas do feminismo na agroecologia.

Demandas	Estratégias	Conquistas
Criação de um grupo de trabalho de gênero no âmbito da ANA.	Seminário para discutir a questão; mobilizações das mulheres na AN	Criação do GT Mulheres da ANA.
Maior participação feminina na coordenação da ANA.	Criação do GT Mulheres da ANA; mobilizações das mulheres na ANA.	Maior participação feminina na coordenação da ANA.
Paridade de gênero nos ENAs.	Carta Política; ocupação de espaços e participação em debates na ANA.	Paridade conquistada a partir do segundo ENA.
Atendimento às mulheres por meio da ATER-Agroecologia.	GT mulheres da ANA em debate com o governo federal; Oficina com a diretoria de mulheres do MDA; debates interno na ANA.	Cotas de 50% de atendimento às mulheres, 30% dos recursos específicos para mulheres e 30% das técnicas mulheres na Chama pública de ATER-Agroecologia de 2013.
Reconhecimento como agricultoras.	Criação de grupos e associações de agricultoras agroecológicas; realização de encontros estaduais e seminários nacionais de mulheres; participação em eventos do campo agroecológico; ATER-Agroecologia.	Maior reconhecimento enquanto agricultoras agroecológicas.
Visibilidade do trabalho feminino no campo agroecológico.	ATER-Agroecologia; importância dos quintais na transição agroecológica.	Maior visibilidade do trabalho feminino no campo agroecológico.
Valorização do conhecimento das mulheres.	ATER-Agroecologia; Cartas Políticas; criação de grupos e associações de agricultoras agroecológicas; participações em eventos campo agroecológico	Maior valorização do conhecimento das agricultoras.
Transversalidade de gênero nos temas prioritários para o campo agroecológico.	Mobilização nos grupos temáticos do primeiro ENA, participação em eventos do campo agroecológico; debates internos na ANA.	Reconhecimento da transversalidade de gênero nesses temas.

Fonte: elaborado pelo autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na questão norteadora da pesquisa, nesse trabalho buscamos compreender, a partir da experiência das mulheres que fazem parte da coordenação da ANA e da ABA, as lutas e trajetória do feminismo no campo agroecológico. Para atingir esse objetivo geral foram elaborados dois objetivos específicos: a) contextualizar o debate do feminismo no campo agroecológico; b) caracterizar as lutas feministas no campo agroecológico.

Primeiramente, foi realizado um resgate das origens do debate do feminismo no campo agroecológico, tendo esse se iniciado em 1986 com as discussões sobre gênero na agricultura familiar. Essas discussões foram ganhando corpo e força. A criação do grupo de gênero do fórum sudeste da rede PTA, da qual participavam várias ONGs do campo agroecológico, foi um marco pois a partir daí passa-se a discutir gênero na agroecologia. Nos ENAs o debate ganhou força, sendo que no terceiro culminou com as mulheres reafirmando que sem feminismo não será possível a constituição da agroecologia enquanto modelo de desenvolvimento para o campo. Outro passo importante foi a criação do GT Mulheres da ANA, grupo que desde a sua criação tem realizado diversos debates em torno do tema feminismo e agroecologia. Esse grupo também tem se configurado como uma instância onde tem se buscado influenciar as políticas públicas voltadas para agroecologia de modo que elas contemplem as demandas femininas, como foi com a ATER-Agroecologia.

Posteriormente, procuramos identificar quais são as interfaces do feminismo com a agroecologia. Pela análise das entrevistas percebemos uma maior incursão e influência dos debates feministas para o campo agroecológico do que o contrário. O resgate histórico mostrou que esses debates tiveram início com a interface Gênero e Agricultura Familiar. Posteriormente, foi ficando mais claro que não era apenas uma questão técnica de dizer quantas mulheres participavam, mas sim de relações de poder entre os sexos.

Com a análise das entrevistas e com base em outras pesquisas já realizadas, como a tese de doutorado de Siliprandi (2015), pôde-se perceber que, apesar de grande parte das experiências agroecológicas serem desenvolvidas por mulheres, as desigualdades de gênero se reproduzem também no campo agroecológico. É justamente por esse motivo que as mulheres tem bradado que “Sem feminismo não há agroecologia”. Sem os aportes teóricos trazidos pelo feminismo e sem a militância das mulheres do movimento feminista não será possível que a

agroecologia se concretize, de fato, como um modelo de agricultura que possa promover a justiça socioambiental para o campo.

Inicialmente, antes de ir a campo, acreditava que a agroecologia estava pautando gênero, que se tratava, então, de uma questão encaminhada. Acreditava que o slogan “Sem feminismo não há Agroecologia” tinha surgido porque a agroecologia era um modelo justo para as mulheres. Entretanto, a realidade é outra. Ainda existe muita desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres nas próprias organizações que trabalhavam com agroecologia. As mulheres criaram esse slogan para chamar atenção para as desigualdades e opressões de gênero que persistem no campo agroecológico.

Como afirma Siliprandi (2015), o discurso das mulheres, muitas vezes, parece uma colcha de retalhos. Gênero e agroecologia, mulheres na agroecologia e feminismo na agroecologia, são termos frequentemente utilizados com um único objetivo: dar visibilidade ao trabalho e ao protagonismo feminino. São termos que indicam resistência feminina. Eles representam uma fragmentação de formas de tratamento do feminismo na agroecologia. As mulheres estão bradando “Sem feminismo não há agroecologia” como uma forma de serem ouvidas e de abrir espaço, para discussão e temas sensíveis às mulheres, numa sociedade em que o patriarcado dita as normas e o machismo é a regra.

Para elas, é preciso uma série de “batalhas” para conquistarem permanentemente o direito de dizerem o que pensam, serem mulheres reconhecidas, partilhando vida, trabalho e agirem conforme as suas convicções. Com o relato das entrevistadas, podemos notar que o lugar que muitas mulheres conquistaram, de protagonistas da própria vida, não é assegurado *a priori*, pelo contrário, é conquistado com muita luta e resistência.

É importante destacar que nos movimentos de mulheres, o protagonismo é sempre feminino, pois são elas que vivenciam as opressões. Nesse contexto de luta, os coletivos e grupos de mulheres, são essenciais, pois se tratam de espaços onde elas encontram solidariedade das companheiras de luta, apoio mútuo e podem avançar no debate da participação feminina. Lugones (2015) ressalta a impossibilidade de resistir à colonialidade sozinha. É no coletivo que as mulheres se fortalecem, juntando-se às suas companheiras de luta que também resistem a diferença colonial.

Esta pesquisa possui como limitação o fato de ter sido realizada apenas com mulheres que fazem parte da coordenação da ANA e da ABA, não tendo sido possível realizar entrevistas com mulheres agricultoras. Além disso, também se limita pelo fato de que as

mulheres ouvidas estão ou estiveram vinculadas a grupos da região Sudeste do Brasil, não contemplando discursos e discursividades de experiências agroecológicas de outras regiões. Para trabalhos futuros sugerimos: que a pesquisa seja estendida às agricultoras que estão desenvolvendo experiências de base agroecológica, principalmente vinculadas a experiências agroecológicas de diferentes regiões do Brasil; que a pesquisa seja estendida aos homens, com o intuito obter a visão deles acerca desse fenômeno do feminismo na agroecologia e também que a pesquisa seja realizada em outros países da América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Sobre a ABA-Agroecologia**. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/sobre-a-aba-agroecologia/objetivos/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- ANA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política Do I Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: ANA, 2002.
- _____. **Carta política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife: ANA, 2006.
- _____. **Carta política do III Encontro Nacional de Agroecologia**. Juazeiro: ANA, 2014.
- _____. **O que é a ANA**. 2015. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em: 28 de maio de 2017.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- AMORÓS, C.; DE MIGUEL, A. (ed). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Madri: Minerva, 3v, 2005.
- ASSIS, R. L. D. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 mai. 2016.
- ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.
- BURG, I. C. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. 2015. 131p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2015.
- CÁLAS, B.; SMIRCICH, L. From “the woman’s” point of view: feminist approaches to organizations studies. In: CLEGG, S. et al. **Handbook of organization studies**. London: Sage, 1996.

- CARDOSO, E. M.; RODRIGUES, V. S. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, 2009.
- CASTRO, A. M.; MACHADO, R. C. F. Movimento feminista no brasil e américa latina: reflexões sobre educação e mulheres. **Revista Contrapontos**, v. 16, n. 1, p. 22-39, 2016.
- CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.
- CUBAS, C. J. Do feminismo aos seus plurais. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 316-319, 2012. ISSN 0104-026X. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100018&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- DUSSEL, E. **Europa, modernidad y eurocentrismo**. 2000. In: LANDER, E. (Ed.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales,. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- ENA. ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Sem Feminismo não há agroecologia! Carta das Mulheres ao ENA**. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/05/19/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-carta-das-mulheres-no-ena/>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2016.
- FAZER, N. **Entrevista com Nancy Fraser: Um feminismo em que “romper barreiras” não rompe com a exploração**. 2015. Disponível em: <<http://feminismo.org.br/entrevista-com-nancy-fraser-um-feminismo-em-que-romper-barreiras-nao-rompe-com-a-exploracao/>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.
- FONTOURA, Y.; NAVES, F. Movimento Agroecológico no Brasil: a Construção da Resistência à Luz da Abordagem Neogramsciana. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, 2016.
- FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, 2016.
- G1. **Mulheres fazem protestos contra Trump nos Estados Unidos**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/mulheres-protestam-contr-trump-nos-estados-unidos.ghtml>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.
- GARCIA, L. P. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. São Paulo: Ipea, 2013. Disponível em: <https://fusiondotnet.files.wordpress.com/2014/09/130925_sum_estudo_femicidio_leilagar cia.pdf> Acesso em: 20 mai. 2016.

GARCÍA, V. V. Género, medio ambiente y desarrollo sustentable: reflexiones teóricas y metodológicas. In: GARCIA, Veronica Vazquez (Org.). **Género, sustentabilidad y cambio social en el México rural**. México: Colegio de Postgraduados, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, 1995.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 165p.

_____. **Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. IBGE, Rio de Janeiro, 2006. 777p.

JALIL, L. M. **As flores e os frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais**. 2013. 206p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis RJ: Vozes: 184 p. 2014.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

_____. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 182p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de n concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 333-357, 2008. ISSN 0104-026X. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003&nrm=iso >. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 67-92, 2010. ISSN 0104-4478. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200006&nrm=iso >. Acesso em: 11 mar. 2016.

MATTOS, L. **Marco referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa, 2006.

MCKAY, B. **A Socially inclusive pathway to food security: the agroecological alternative**. International Policy Centre for Inclusive Growth. n. 23 june/2012.

MCKAY, B; NEHRING, R. **Sustainable agriculture: An assessment of Brazil's family farm programmes in scaling up agroecological food production**. Working Paper, International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 123, 2014.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Titulação conjunta das Terras**. 2005. Disponível: <http://sistemas.mda.gov.br/aegre/index.php?sccid=600>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

NOBRE, M. et al. **Gênero e Agricultura Familiar**. Cadernos Sempreviva – Gênero e Agricultura Familiar. SOF, 1998.

NOBRE, M. **Relações de gênero na agricultura familiar**. In: Gênero e Agricultura Familiar. Cadernos Sempreviva – Gênero e Agricultura Familiar. SOF, 1998.

ONU BRASIL. **A ONU e as Mulheres**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>. Acesso em: 02 fev. 2017.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas. Experiências em Agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 2009.

PALUDI, M.I. et al. **Cruzando fronteras: the contribution of a decolonial feminism in organization studies**. In: 6TH Latinamerican and European Meeting on Organization Studies - Viña del Mar, Chile, 2016.

PETERSON, P. **Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto**. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012. 400 p.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 15-23, 2010. ISSN 0104-4478. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&nrm=iso >. Acesso em: 09 mar. 2016.

PORTO, M. F.; SOARES, W. L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora.

Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 37, p. 17-31, 2012. ISSN 0303-7657. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000100004&nrm=iso >. Acesso em: 22 mar. 2016.

PRÉVOST, H.; ESMERALDO, G. G. S. L.; GUÉTAT-BERNARD, H. **Il n'y aura pas d'agroécologie sans féminisme: l'expérience brésilienne**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 5, n. 2, p. 76-85, mai/ago 2014

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. In: LANDER, E (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, cap. 10, p. 107-130

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. Determinants of development. **International Social Science Journal**, 1992. P. 449-557.

SANTOS, C. F. D. et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 33-52, 2014. ISSN 1414-753X. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000200004&nrm=iso >. Acesso em: 21 mar. 2016.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 35-50, 2004. ISSN 0104-026X. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003&nrm=iso >. Acesso em: 15 mar. 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 16, n. 2, p. 19, 1989.

SCHUTTER, O. de. A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada. Brasília, MDS (**Caderno SISAAN 01/2012**), v.1, 2012.

_____. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308_a-hrc-16-49_agroecology_en.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos ces [Online]**, n. 18, 2012.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: 351 p. 2015.

_____. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/6427/4733>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) –Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, p. 95-114, 1997.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, p. 203-220, 2014.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012 atualização: homicídio de mulheres no Brasil**, 2012. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>
Acesso em: 20 maio 2016.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista

Universidade Federal de Lavras
Departamento de Administração e Economia
Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado em Administração

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Fale um pouco sobre sua trajetória no movimento agroecológico.
2. Como o movimento agroecológico tem abordado a questão feminista?
3. Qual a relação entre movimento agroecológico e movimento feminista?
4. O que o feminismo traz para a agroecologia? O que a agroecologia traz para o feminismo?
5. Qual o papel das mulheres no desenvolvimento da agroecologia? E no movimento agroecológico?
6. O movimento agroecológico tem se preocupado em questionar/superar as desigualdades entre homens e mulheres no âmbito do próprio movimento?
7. Porque as mulheres têm se engajado na luta pela agroecologia?
8. Qual a posição que as mulheres ocupam no âmbito do movimento agroecológico e como tem sido a participação delas?
 - 8.1 As mulheres tem participado de instâncias de decisão dentro do movimento agroecológico?
9. Há diferenças entre agroecologia e movimento agroecológico? Se sim, quais são?
10. Há possibilidade de superação da subalternidade das mulheres por meio da agroecologia? E no âmbito do movimento agroecológico? Como isto está ocorrendo?
11. Por que sem feminismo não há agroecologia?